TER DE V / TER QUE V: DUAS FORMAS, DUAS NORMAS?

TER DE V / TER QUE V: TWO FORMS, TWO NORMS?

Odete Pereira da Silva Menon[1]
Universidade Federal do Paraná – UFPR
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

RESUMO

O estudo trata das diferenças entre o PE (português europeu) e o PB (português do Brasil), no uso de [ter de V] e [ter que V] para a expressão da modalidade de injunção, de obrigação de fazer alguma coisa. No PB, ambas as formas são utilizadas como duas variantes de uma mesma variável. No PE, as duas formas têm (ainda) significados diferenciados, por razão de tradição linguística: *ter que fazer* corresponderia a *ter* ***o que*** *fazer,* com significado diverso de [ter de V]. Porém, essa situação parece estar se modificando: já há ocorrências de [ter que V] em textos escritos. Então se pergunta: a construção [ter que = **o que** V] teria se tornado opaca no PE? Essa seria a condição básica (uma forma obsoleta dá lugar a outra para se instalar na língua) para serem empregadas no PE com idêntico valor referencial, constituindo uma variável sociolinguística. E, como tal, também coocorrem com outras expressões desse tipo de modalidade, com os verbos *precisar, dever*... Para evidenciar esse estado de coisas, será feito o cotejo entre duas traduções (PE e PB) da obra *Inferno*, de Dan Brown pois, como constituem o mesmo texto, possibilitam uma comparação privilegiada entre as duas normas escritas.

PALAVRAS-CHAVE

Ter de / ter que. Modalidade. Inferno (Dan Brown). VARSUL.

ABSTRACT

The study deals with the differences between the EP (Portuguese European) and the BP (Brazilian Portuguese), in the use of [ter de V] and [ter que V] for the expression of the modality of injunction, of obligation to do something. In BP, both forms are used as two variants of the same variable. In EP, the two forms have (yet) distinctive meanings, because of linguistic tradition: *ter* ***que*** *fazer* corresponds to *ter* ***o que*** *fazer*, with a different meaning from [ter de V]. However, this situation seems to be changing: there are already occurrences of [ter que V] in written texts. So one wonders: the construction [ter que =o que V] would have become opaque in the EP? This would be the basic condition (one obsolete form gives way to another to settle in the language) to be used in the EP with the same referential value, constituting a sociolinguistic variable. And, as such, they also co-operate with other expressions of this type of modality, with the verbs *precisar* (*to need to)*, *dever* (*to have to)*. To illustrate this , a comparison will be made between two

Este trabalho está sob a Licença Creative Commons – CC - BY 4.0

- Recebido: 13/10/2025
- Aprovado: 18/03/2026
- Publicado: 18/05/2026

COMO CITAR:
MENON, Odete Pereira da Silva. Ter de V / Ter que V: Duas formas, duas normas?. Enlaces, Salvador, v. 6, 2026. DOI: 10.55847/b6be3616. Disponível em: https://publicacoes.ifba.edu.br/enlaces/article/view/1253. Acesso em: 18 maio. 2026.

1 Bolsa de Produtividade e Pesquisa do CNPq. Processos 306952/2012-2 e 303183/2015-2.

translations (EP and BP) of Dan Brown's *Inferno* because, as they constitute the same text, they allow a privileged contrast between the two written norms.

KEYWORDS
Ter de / ter que. Modality. Inferno (Dan Brown). VARSUL.

1 INTRODUÇÃO

Para um falante do português do Brasil (PB) é muito difícil entender por que os gramáticos dizem ser necessário interpretar o *que* (Q) da construção *Tenho que fazer* [TQV] como *o que*, como se faz no português europeu (PE)[2]. Isso reside no fato de que, no PB, para expressar a modalidade de *injunção, obrigatoriedade, necessidade*, [*Ter de* fazer] e [*Ter que* fazer] constituem variantes e, em princípio, as duas construções – *ter de V* e *ter que V*– se refeririam no PE a fatos diferentes, isto é, não constituiriam uma variável linguística.

A partir de uma constatação inicial, feita em Menon (2014), no cotejo entre as duas traduções de *Inferno*, de Dan Brown, ficou evidenciado (entre vários fenômenos linguísticos de expressão diferenciada nas duas variedades-padrão) que no PE aparecia mais o uso de *TdeV* e no PB havia alternância entre *TQV* (forma predominante) e *TdeV* para, entre outras formas (como *precisar de*, *dever*...), para expressar a modalidade injuntiva.

Neste trabalho vai ser apresentado o resultado estatístico, em percentuais, do registro das variantes utilizadas para expressar essa modalidade nas duas normas. O objetivo inicial era focalizar somente as duas variantes, TdeV e TQV. Porém, verificou-se que seria necessário levantar os dados também de outras variantes, porque muitas vezes no PE aparece *TdeV*, mas no PB aparece *precisar* (de) + *verbo no infinitivo*, além de outras combinações. Assim, foi preciso voltar aos dois textos e estendeu-se um pouco o levantamento das ocorrências, para dar conta das possibilidades utilizadas pelos tradutores.

Os motivos que levaram à escolha de *Inferno* foram: (*i*) é oportunidade raríssima contar com duas versões **da mesma obra** nas duas variedades (PB e PE); (*ii*) o de que ambas as traduções foram realizadas por mais de um tradutor (o que minimizaria a alegação de se tratar de uma idiossincrasia individual) e (*iii*) praticamente ao mesmo tempo, em 2013, conforme se comprova por uma página da internet[3]:

> A nova história de Dan Brown, *Inferno*, já está no mercado desde Maio, mas só agora chegou a tradução portuguesa. Traduções como a italiana, a brasileira ou a francesa foram postas à venda em simultâneo com o original, mas houve um preço a pagar: os tradutores trabalharam encerrados numa cave durante dois meses.

Pode-se alegar que o número de dados obtidos nessa amostra – perto de 150 pares[4] – é diminuto; no entanto, se compararmos esse corpus com os dados reunidos por Ferreira-Strogenski (2017), em **quinze** obras literárias brasileiras (ver nota 32) – somente

2 Anteriormente a forma era [haverQV]: "já alli não havia que fazer" (Couto, Déc. V).

3 Disponível em: https://www.publico.pt/2013/07/11/culturaipsilon/noticia/inferno-dan-brown-1599816, acesso em 01.11.2017.

4 Como se trata de cotejo entre duas versões, cada dado vai ser constituído pelo recurso utilizado em cada uma delas, lado a lado. Assim, se houver TQV no PB e TdeV no PE, o percentual corresponde ao número de ocorrências dessa dupla, como se vai ver na Tabela 02.

uns vinte casos –, é possível avaliar como não se vai obter frequência muito grande de casos em uma amostra como, aliás, acontece com inúmeros casos de variação em morfossintaxe. Ressalte-se que o objetivo deste estudo é o cotejo entre as duas variedades-padrão do português escrito, no tocante a essas duas variantes (e as possibilidades de alternância com outros recursos) e tal como se registra nas duas versões traduzidas. Em nenhum momento é dar conta de uma discussão exaustiva de todas as expressões dessa modalidade, o que não seria viável nem foi pretensão de fazer.

Como não há trabalhos especificamente sobre a comparação de uso dessas duas variantes entre o PB e o PE, nem sincrônicos, nem diacrônicos, na sequência vai se apresentar uma abordagem histórica apenas para demonstrar a complexidade do tema e as inúmeras questões que se tem de abordar para tratar da modalidade de injunção, obrigatoriedade e necessidade. Depois, apresenta-se a caracterização da amostra; em seguida, o resultado da distribuição dos dados, em percentuais somente, de cada par de variantes (PB x PE) e algumas considerações a respeito deles e implicações daí decorrentes e, por fim, as conclusões, que mais abrem para novas abordagens e convidam para novos estudos, com amostras mais estendidas, de vários dialetos, geográficos, sociais, históricos...

2 UM POUCO DE HISTÓRIA

A restrição existente no PE parece ter uma explicação historicamente defensável: existiu anteriormente uma construção *haver/ter Q*. Tal construção, com o significado de 'pensar, considerar, imaginar, achar' parece ser posterior ao arcaico *osmar/esmar*, talvez concorrente e/ou coocorrente com *cuidar que* e anterior à gramaticalização do verbo *achar*: "jazia ja morto pelos que erão presẽtes, que o mais a pressa fazer não poderão, porque cada huũ *tinha que ver* em sy"[5] (Lopes, *Crón. D. João I*), i.é, "pensar em si mesmo, em se salvar". A construção com *haver* ainda era usada no séc. XVI: "Paichimarca vendo a náo ſó, a foi commetter, *havendo que* nella *tinha pouco*[6] *que fazer*." (Couto, *Déc. V*). O *pouco* da última oração evidencia o fato de que a eliminação posterior do advérbio ou de um substantivo (*coisas*, p. ex.) existente numa construção inicial fixou, estrutural e semanticamente[7], o uso de *ter que V* no PE.

5 As abonações são reproduzidas rigorosamente como nos originais consultados: no caso de edições modernas, com a grafia que o editor adotou.

6 Observe-se que a ordem de aparecimento de pouco é extremamente relevante: o enunciado tinha pouco que fazer tem significado diferente de tinha que fazer pouco, em que pouco [= pouca coisa] é complemento de fazer, enquanto, no primeiro, é complemento de tinha.

7 Os exemplos, utilizados para demonstrar os usos do fenômeno em questão, podem parecer demasiado longos: no entanto, como não há muitos estudos sobre o assunto, creio ser necessário apresentar os contextos de ocorrências das formas. Os estudos sobre gramaticalização raramente apresentam os contextos que evidenciem as mudanças sutis que vão ocorrendo e quais os elementos linguísticos e usos que demonstrem tanto a variação quanto a mudança. Em geral, limitam-se a comparar os exemplos, diacronicamente, dizendo que aconteceu uma reanálise do significado, o que

Por conseguinte, quando a expressão da modalidade injuntiva começou a se servir dos verbos gramaticalizados[8] *haver* ou *ter* a estrutura não poderia ser idêntica a essa, e se restringiria tão somente a [TdeV]. Podemos ver, em (01), a coocorrência da construção plena *tem pera si que* com a elíptica *tem que*, e com aquela que estava, aos poucos, invadindo esse campo semântico, a partir da gramaticalização de um verbo que anteriormente significava só 'encontrar', *achão que*:

(01) Tem a gente destas partes grande medo a huns homens que elles chamão *soangues*, que pareçe que são, como antre nos, bruxos; *tem pera si que* os embruxão, o que lhes causa alguma enfermidade; no que tem alguma superstição, porque, se estão doentes e estão mal com alguma pessoa, *tem que ´*[=pensam, consideram] aquelle he o que lhe causa sua enfermidade, e assi o mandão matar por seus parentes ou criados. E *achão* //331// que, untandosse com hum pouco de seu sangue, sarão de sua enfermidade que lhe causou (Carta do Pe. Fernão da Cruz aos padres de Goa, Bachão, 20.04.1570; BNL-FG: 4532, p. 328-334; **PPO**, p. 330-331).

(02) *Roguem*, charissimos irmãos, que aumente, Deos Nosso Senhor, o numero dos da Companhia e os vista de suas armas, pera que aya quem reparta seus pães por estas almas tão famintas, a minguoa de obreiros; que ainda que em algumas partes a secta de Mafamede viva, *tenho para mim que* con mui pouca resistencia se converterão muitos e entrarão em o curral do Senhor (Carta do Pe. Nicolao Nunes ao superior e religiosos do Colégio de Goa, Ternate, 10.02.1569; BNL-FG: 4532; **PPO,** p. 296).

Em (02), vemos a estrutura por extenso aplicada à primeira pessoa do singular – *tenho pera mim que* –, outra prova de que era uma expressão bastante empregada na época. Além disso, mais uma variante nessa acepção – *ter por certo que* – aparece em cartas de meados do séc. XVI, com e sem o *certo*:

(03) [...] e fyzerã outros qubelos de novo e jũtamẽte qõ ysto vẽ cõ outra rua de paredes pera a torre nova q̃ Manoel de sousa fez sobela porta velha a sua tẽçã he vyrẽme mynar esta torre e darẽlhe fogo e *tenho que* o ãde fazer tãobẽ ao outro baluarte quos rumes qõbaterã (...) porque estes negros naõ agardõ mays q̃ ver Vosa Srya nesta barra porqueu *tenho por çerto queles* o naõ agardẽ na çydade (...) (**2Dio**, carta de D. João de Mascarenhas ao governador D. João de Castro, 23.09.1546, p. 165-166)

possibilitou o avanço no processo de passar para uma interpretação mais gramatical da forma em estudo. A fase da reanálise, de Hopper & Traugott (1993), devia dar conta de explicar o que Weinreich, Labov & Herzog (1968) denominam implementação: por que determinada mudança ocorreu naquele momento, naquele lugar e não em outro qualquer?

8 Para uma concepção da gramaticalização dos verbos ter e haver, remete-se para o capítulo Haver e Ter, em Said Ali (1966[1908]). Se não usa o termo gramaticalização, que vai ser cunhado por Meillet somente em 1912, Said Ali descreve magistralmente o processo de alterações dos dois verbos que, a par do seu uso como verbos plenos, vão se tornando mais gramaticalizados, seja como auxiliares na composição de tempos compostos (havia/tinha feito); seja como verbos-suporte (ter medo de X); seja como haver/ter Que.

(04) [...] determjna o Capytaõ mãdalo ver e systo se naõ ouvyo pareçe q̃ foy avyso dos nosos ho *queu* tenho *por mays çerto* segũdo os meos dalgũas cousas outras e por ser ja no cabo pareçe q̃ ou ho Capitaõ a desemula ou as naõ sabe çerto (**2Dio**, carta de Vasco da Cunha, 05.20.1546, p. 207).

A estrutura composta por um verbo transitivo direto permite, em português, duas variantes para preencher a casa do objeto direto, quando este é constituído de uma frase: uma com o *que* introdutor do objeto direto, outra com o *infinitivo flexionado*, uma idiossincrasia da língua. Em (05) vemos o Pe. Jerônimo Dolmedo usar essa última possibilidade, adicionando um intensificador (*muito*) à construção:

(05) *Esta* (itálico do original) necessidade charissimos padres e irmãos, lhes encomendamos muito em seus santos sacrificios e orações tenhão particular cuydado diante de Deos, porque como a obra he sua e de que se espera muti fruyto na conversão, *por muito certo temos* não nos *negar* seus acostumados favores (Carta do Pe. Jerônimo Dolmedo aos religiosos de Portugal, Amboino, 02.06.1570; BNL-FG:4532, p. 335-339; **PPO**, p. 338).

Além disso, no português antigo, *ter que* equivalia ao moderno *ter o que*: seria isso devido ao fato de essa construção ter entrado na língua em época de pouco uso do artigo definido[9]? Exemplos desse emprego abundam nos textos do séc. XVI (08-10), assim como o de João de Barros (06), com o pronome relativo na função de objeto direto: "mas estes *que* [= ***o*** *que*] esperavam de Christo [?]" ou igualmente o (07), de uma carta escrita na Índia, desta feita com o verbo *haver*:

(06) Ainda por huũ vivo poderoso muytos vemos, que aventuram alma, vida, honra, e estado, com esperança de terem retorno de tal amizade: mas estes *que* esperavam de Christo, sendo morto per tam vil morte, como dizes? (*Razam*, em diálogo com o *Intendimento*, João de Barros, *Ropica Pnefma*, 1532, p. 202).

(07) *Quanto* (itálico do original) ao espiritual, não *ha que dizer*, porque todos proçedem com muita edificação e augmento (Carta do Pe. Jerônimo Dolmedo aos religiosos de Portugal, Amboino, 02.06.1570; BNL-FG:4532, p. 335-339; **PPO**, p. 336).

(08) [...] e asy outros por toda ha costa do Malabar pera que estes tanto que visẽ has pazes rotas e ha guerra posta en efeito fizese cada hũ outro tanto ẽ suas terras pera que *tendo* ho governador da India ẽ todas has partes *q̃ fazer* não podese dar socorro a njnhuma [...] (Cap. I, **2Dio**, p. 08).

(09) [...] de maneyra que não tinha-//57// mos outra consolação nem prazer, senão ho dya em que avyamos de pelejar, com bandeiras despregadas, porque nos dava Nosso Senhor gloriosa vitorja deles, e nos vingavamos de quoanta miseria nos fazião padecer e fazianola muito mayor não *termos que comer* na fortalesa e ho que

9 Sobre o fato de ser, ou não, artigo esse o que acompanharia o pronome interrogativo, veja-se a análise de Heráclito Graça, Fatos da linguagem (1904); ou a de Said Ali, Dificuldades (1966[1908]); e outros autores por eles mencionados.

avya era muyto caro e nós [*sic*], nem hos capitães jaa não tinhamos com que ho comprar nẽ El-Rey Nosso Senhor não tinha dinheiro (Cap. XIV, **2Dio**, p. 56-57).

(10) e quando nõ *teuerẽ que* fazer na cozinha, façam outra obra qual quer que lhe for encomendada (Regra de S. Bento, cód. 44, BNLisboa, cópia de fins do séc. XIV ou início do XV, *apud* Nunes, 1918, p. 91).

(11) Não *tenho outra cousa mais que escrever*[10], senão pedir-lhes muito nos encomendem a Deos em seus santos sacrificios e orações, nas quais muito me encomendo (Carta do Pe. Jerônimo Dolmedo aos religiosos de Portugal, Amboino, 02.06.1570; BNL-FG:4532, p. 335-339; **PPO**, p. 339)

10 Uma glosa dessa frase poderia ser: Não tenho outra coisa mais a/para escrever, evidenciando a estreita relação com a expressão da finalidade, da coisa ainda não realizada e remetendo a modalidade a uma projeção do/no tempo futuro. Alguns autores, inclusive, chegam a afirmar que esse que do exemplo (11) teria uma "função" prepositiva, por poder substituir a preposição a, ou para. Como assinalou um interveniente depois da apresentação da comunicação no evento (MENON, Odete P. S. Ter de V / Ter que V: duas formas, duas normas? Comunicação apresentada no III Colóquio Internacional de Linguística Histórica - Mudança e Estandardização. Coimbra: CELGA ITELC / Universidade de Coimbra, 2017.), não se deveria relacionar a construção ter que + Inf., com a construção com a preposição, porque isso equivaleria a dizer que já haveria um objeto direto zero, ou nulo, o que não existiria ainda no século XVI. Não só há um zero [Ø] na posição de objeto do verbo escrever, no exemplo acima, como seria impossível ter-se um objeto direto expresso ou, pelo menos, eu nunca encontrei uma ocorrência como *Não tenho outra coisa mais que/a/para escrevê-la, em dados antigos. Quanto ao fato de existir ou não objeto nulo no século XVI, veja-se o seguinte exemplo: "[...] dom aluaro de crasto [...] mãodou chamar todolos Capitães e fidalguos que com sygo trazia na dita armada, e a todos pergumtou se lhes pareçia bem desembarquarem na dita çidade de caixem pera tomarem a fortaleza a jemte del Rei de xaer e [Ø OD] emtreguarem a ell Rei de caixem que da Imdia uinha na dita armada per mãodado do senhor guouernadoor, pera que se a fortalezaa estivesse em despoçição que a podese tomar que a tomase e a emtreguase [Ø OI]; e todos diserão que lhe pareçia bem." (Acta do Conselho, Caixem, 05.04.1548, ANTT, S. Lourenço, IV, 276, apud Albuquerque, 1972, p. 52-53, negritos acrescentados). Observe-se que o mesmo verbo, entregar, uma vez aparece sem o objeto direto (antecedente a fortaleza) e outra, sem o objeto indireto (cujo antecedente é a ell Rei de caixem). Ou ainda este, de Fernão de Oliveira: "Quãdo combateres algũa cidade, diz elle, / primeyro lhe efereceraas paz, e se a quiser aceytar com justo concerto nã lha negaras, mas nã [Ø OD] querendo / entam a combateraas [...]" (Oliveira, 2008 [1555], p. 2, negrito acrescentado). O verbo querendo não apresenta OD expresso, que seria uma retomada de a paz.
Sobre a omissão do objeto, não se pode esquecer de um tipo de ocorrência mencionado por Williams (1938, p. 205), para explicar a idiossincrasia do português em dar a resposta a uma pergunta pela repetição simples do verbo, sem o objeto (Leu o jornal desta manhã? Li): aquela em que o pronome objeto direto o era elidido por crase, na língua antiga, quando o morfema número pessoal da terceira do singular do pretérito perfeito ainda era representado por -o (prendeo) e não por-u (prendeu), como na língua atual:
"However, what distinguishes the Portuguese construction from that of other Romance languages is not the repetition of the verb, but the omission of a pronoun object to replace the noun-object of the question or of the preceding statement, It is therefore this omission that requires an explanation.
The explanation is to be found in the contraction of the pronoun o with the endings –o and –u and the pronoun a with the ending –a, these pronouns being commonly enclitics to the verb in Old Portuguese [...] E o cide Rui Diaz venceo elrei... e prendeo (J.J. Nunes, Florilégio 47, Lisbon, 1932). 'And the Cid, Rui Diaz, conquered the king and seized him.' Here prendeo stands for prendeo-o. While in the end these contractions were successfully resisted in the literary language, my theory is that their influence in the colloquial language was such that the pronoun came to be omitted even in combinations where contraction could not take place, for example, between the pronoun o and the ending –a, and in the plural also.
If the repetition of the verb became 'eine mechanische Wiederholung des Wortlangs der Frage', as Spitzer says, it was because the pronoun had been lost beforehand. And thus a change in syntax is traceable to a phonological cause." (Williams, 1938, p. 205, negrito acrescentado).
Anteriormente, Nunes (1956, p. 310) já chamava a atenção para o fato: "Ainda na terceira pessoa do singular era omitido na escrita, como decerto o era na fala de quem escrevia, o -o final, quando se lhe seguia alguns dos pronomes enclíticos; reduzindo-se a -e ou -i os dígrafos -eo (2) e -io, ou fundindo-se com a vogal imediata, se esta era idêntica, o que se dava, se o pronome era os; por este motivo é frequente encontrarem-se as grafias defende-lhe. desaparece-lhe, parti-se, colhe-os, mete-os por defendeo-lhe, desapareceo-lhe, partio-se, colhe-os, meteo-os, etc.-
Constata-se, então, que se os objetos nulos não são ainda abundantes no século XVI ou antes, já existem aí indícios de um embrião dessa regra variável que vai se desenvolver mais tarde, em larga escala, apesar de a língua literária ser um reduto do emprego do objeto direto expresso; consequentemente, as afirmações sobre isso vão depender das amostras com que se lida.

O exemplo (11) nos remete à hipótese de que na origem dessas expressões gramaticalizadas em [ter que + Infinitivo] haveria um substantivo ou adjetivo ou advérbio que, depois, foi elidido. Talvez, então, o substantivo *cousa* – o referente do pronome relativo – tenha sido eliminado, aos poucos, restando um *que* sem antecedente nem determinante, porque este não fazia parte da estrutura que se gramaticalizou. Tal era o entendimento de Leite de Vasconcelos que, sem atinar para as mudanças que estavam ocorrendo com o verbo *ter* em diferentes acepções, disparava contra erros de linguagem no uso quotidiano, nas suas "lições de filologia do ano lectivo de 1907-1908":

> As expressões gramaticais a cima levam-me naturalmente a dizer algo mais dos êrros de sintaxe que andam inveterados no falar comum. Na sintaxe os êrros são infinitos, e necessitar-se-hia de muito espaço para dissertar sôbre êles. Contertar-me-hei com pouco. § *a)* Mau emprêgo da preposição *em*: [...] *f) ter que:*[...] *i)* [...] p. 350. [...]
> *f) ter que:*
> Não falta quem diga: *tenho que ir lá*, *tenho que escrever uma carta*. Deve dizer-se: *tenho de ir lá*, *tenho de escrever uma carta*, pois *ter* significa "possuir", e *possuir* não pode ser seguido de oração integrante de *que*.
> O êrro provém de analogia com *tenho que fazer*, *tenho que escrever*, mas aqui o *que* é pronome, e serve de complemento directo: *tenho* (*cousas*) *que fazer*. Arráiz, *Dialogos*, 2.ª edição, fl. 30 r., diz: "por . . não ter *que fazer* com medicos", e fl. 105: "nisso pouco *há que disputar*" (Vasconcelos, 1966, p. 327-355).

Na edição aqui utilizada, que é a anotada por Serafim da Silva Neto, este não faz qualquer alusão a essa postura, nem para observar que nos casos aludidos por Vasconcelos o verbo *ter* há muito que não tinha o significado de possuir.

Mas vamos retroceder a um período anterior da língua, em que esses verbos começavam a ser empregados em perífrases e com uma crescente gramaticalização, até chegar à construção em estudo, a qual, segundo Said Ali (1966: 123), não deve ser anterior ao século XVIII. No entanto, aparece um exemplo em Duarte Nunes de Leão (1550-1608): "Mas que dizia que qualquer do seu conselho que lhe aquilo approuaua, & aconselhaua, era traidor & falso, & o não aconselhaua bem, nem verdadeiramente, em elle deixar perder tal lugar como aquelle, com tantos homẽes nobres, como nelle stauão, para seu serviço, & quebrar sua verdade e promessa, que lhes fizera, por nenhuma outra cousa que **tiuera de fazer**." (Chronica del Rei Dom Fernando, p. 344). Como se trata de ocorrência única na primeira parte das *Chronicas* (na edição original, de 1600, a primeira parte se encerra com Dom Fernando) é possível que esse *tiuera de fazer* correspondesse a *tiuera* **a/para** *fazer*. Em todo caso. não é de desprezar a hipótese de que TdeV já ocorreria em fins dos Quinhentos.

Com relação à datação de *ter que V*, é bom esclarecer que o exemplo aduzido por Coelho (2006[11], p. 209): "(89) (...) nem dando tanto hu dia que per todo o ano non tenha que dar (...) (Dom Duarte, p. 75)", como abonação da forma já gramaticalizada para expressar a modalidade injuntiva, é equivocada, pois esse **tenha que dar** corresponde, **ainda**, a "tenha **o que** dar". Veja-se o trecho completo do exemplo (de carta de Dom Pedro, duque de Coimbra (1392-1449), ao irmão, rei Dom Duarte, sobre as virtudes "que o rey deue ter"[12]):

> A 4.ª que seJa graudo de uontade e p*er* obra segundo abranJer sua Renda no*m* tomando a hũs por dar a todos ne*m* dando **tanto** hũ dia que p*er* todo a ano no*n* **tenha q*ue* [=oQ]** dar, nem tanto a hũ ne*m* a poucos que os mais fiquem sem reçeber merçes dando aqueles que conheçer que por be*m* serujrem ou bondade o mereçe*m*, e no*n* lhe esqueçendo os que por d*eu*s ou segundo d*eu*s o requerem e em seu dar ou negar ser desempaçhado (*Livro da Cartuxa*, Carta de Dom Pedro a Dom Duarte, datável, segundo o editor, de agosto de 1433, mês em que faleceu D. João I, p. 75).

Frei Diogo das Chagas (1584-1661), dois séculos depois, ainda utiliza tal estrutura, com o mesmo verbo e significado: "não ter mais nada para dar" (ver nota 12):

> E [El Rey] uendo **[ØOD]** dahi a tres dias com grande barba, lhe perguntou: Não sois uos o homem a quem Eu dei a uida? Sy senhor lhe disse; pois porque não fizestes a barba? respondeu, Senhor, porque não **tiue que**

11 Aliás, essa autora apresenta uma singularidade, na sua tese: para expressar a modalidade injuntiva, utiliza, unicamente, haver de + Infinitivo. Contei pelo menos vinte ocorrências. Não é possível saber se se trata de traço do dialeto mineiro ou se é fruto de alguma hipótese de revisão de texto, de regularização da expressão da injunção.

Em princípio, no PB, essa expressão, mais ou menos cristalizada, é usada mais como "promissivo": (i) para rogar praga: "Você há de pagar caro por isso!"; (ii) expressar uma esperança: nos anos setenta-oitenta, havia uma desvalorização salarial dos professores; em consequência, alguns docentes, pelo menos em Curitiba, colocavam um adesivo (decalcoplástico, na terminologia da época) no vidro traseiro do carro: "Hei de vencer, mesmo sendo professor!" Em geral, os carros eram velhos e dos mais baratos (o fusca, por exemplo), que era o que (e se) o professor conseguia comprar com o seu salário.

Numa busca na internet, apareceu um Mercedes 230E1986, com o tal adesivo; porém era de 15.10.2011 e relembrava que as causas da manifestação daquele período ainda valiam para estes tempos. Acesso à internet, 18.09.2025, "Hei de vencer, mesmo sendo professor: Essevaleumafoto.com/2011/10/dia-do-professor-mercedes-benz-230-e.html. Quem postou a foto escreveu o seguinte: "O adesivo na Mercedes diz "Hei de vencer, mesmo sendo professor" e ilustra muito bem as consequências do baixo investimento e incentivo em educação no país em que vivemos. No dia em que o professor receber o valor que realmente tem, vai cortar muito problema da raiz. Mas é infelizmente que afirmo que esse pensamento é utópico, se levarmos em conta o cenário atual. Pena.

Quanto ao carro em questão, não é daqueles carrões zero quilômetro que todo mundo olha quando passa, mas é um baita sedã alemão que ainda hoje é considerado alto luxo. Além do mais, quem tem um carro desse, e bem conservado, não o tem como único carro, prá usar no dia-a-dia. Esse adesivo ao lado da placa me parece representar a Bélgica.

Ah, e eu também sou professor, né? ;)"

Na sequência aparece, dentre os comentários, o de "Milton3 de dezembro de 2021 às 19:41":

Senhores, meu nome é Milton, no final dos anos 1970, eu com meus 15 anos trabalhava num laboratório de próteses dentárias em Ribeirão Preto. Conheci uma professora, D. Cleuza, que estava em conversa com um dos funcionários. Este funcionário dizia que havia visto recentemente um adesivo em um carro com a frase: "Hei de vencer, Mesmo sendo Professor" de autoria dela. A mulher ficou contente e eles continuaram a conversa. Se a d. Cleuza realmente foi a autora dessa frase que até hoje repercute dessa forma eu fico feliz por tê-la conhecido pessoalmente. Abraços."

12 Os itálicos correspondem ao desdobramento de abreviaturas; negritos, sublinhados e texto entre colchetes foram acrescentados.

> **[oQ]** dar a quem ma fizesse; el Rey lhe disse: Ora uedes aqui cinco cruzados. Ide a logo fazer, e não uos ueja eu mais com ella (Chagas,1584-1661, p. 29).

Ao fazer em sua dissertação de mestrado o estudo dos valores dos verbos *aver* e *teer* no português arcaico, nas estruturas de posse, nas perífrases com a preposição *a* e *de* e nas ocorrências com o particípio passado, com base em textos dos séculos XIII a XV e da primeira metade do século XVI, Costa (1998) apresenta um levantamento, em números absolutos, dos casos encontrados. Interessa, aqui, reproduzir os resultados encontrados nas perífrases, porque eles evidenciam não só um fenômeno bastante comum a certos verbos, o de terem, em fases mais antigas da língua, mais de uma regência (sem preposição, com preposição *a* ou *de*), como *dever, soer, ousar, começar*, mas também, no caso de *aver* e *teer*, a tendência a abandonar a regência com a preposição *a*, em favor da preposição *de*:

Tabela 01: Distribuição de *aver* a/de + Inf e *teer a/de* + Inf. no português arcaico.

	Séc. XIII	**Séc. XIV**	**Séc. XV**	**Séc. XVI**
aver de + Inf.	256	447	216	32
teer de + Inf.	107	330	73	6
aver a + Inf.	85	102	58	--
teer a + Inf.	10	3	14	--

Fonte: Costa (1998, p. 134).

Said Ali advogava que a perífrase *ter de V* teria surgido a partir do séc. XVIII, como vimos acima. No entanto, Costa (1998, p. 71), com base nos seus resultados sobre o séc. XIII, pôde afirmar (nos exemplos, os itálicos foram acrescentados) que:

> Como conclusão podemos referir que, nesta estrutura, os verbos *aver* e *teer* se encontram em distribuição complementar. Nota-se que *aver* é escolhido preferencialmente quando se pretende expressar uma ideia que remete para um tempo futuro e que se opta por *teer* quando o valor subjacente é o de obrigação:
> "Cunuçuda cousa sega aos presentes e aos que *amde vijr* que nos (...)" (Doc. I, l.1, P. Azev. Docs. Antigos da Beira, Rev. Lusitana, VII, 1902, p. 59-65).
> "Por razom *tenno d'obedecer* as pedras à Madre do Rei." (Af. X, CSM, 113, v.3-4)
> Verificamos ainda que, muitas vezes, para reforçar a ideia de obrigação, nos aparece uma estrutura que merece uma referência: *ser teúdo de* + *infinitivo*. Uma vez que são muitas as abonações para esta estrutura apresentamos apenas alguns exemplos:

> "e nõ seeren *teũdos*[13] uossa molher nem uossos follos *de tẽer* maes esses herdamentos." (D. J. de Portel, doc. LXXXVII, l. 16)
> "o pessueyro *seya teodo de* peytar.(...)" (Ferreira, Af. X, Foro Real, livro I, p. 150, l. 641).
> "*seya teuda* a ygreya *de* lla cãbyar." (Idem, livro III, p. 232, l. 849).

A autora observa o declínio do uso da preposição **a** no século XIV, tanto para *aver* como para *teer,* neste último reforçada pelo verbo *ser*, na expressão *ser teudo a/de* (Costa, 1998, p. 96). Ela continua acentuando a diferença de uso dois verbos com a preposição *de*, no séc. XV, o primeiro para expressar mais um valor de intenção ou de futuridade e o segundo para o valor de obrigação ou necessidade (p. 111-112). Em relação às ocorrências dos dois verbos com a preposição **a**, Costa (1998, p. 127) assinala que, nos textos quinhentistas, "já não encontramos nenhuma abonação para nenhuma das duas". Ressalva o fato de isso não significar "que elas tenham desaparecido por completo, mas é bem representativo da cada vez menor utilização destas perífrases por parte dos utentes da língua." Antes, Costa (1998, p. 115), havia argumentado que talvez isso fosse devido

> [...] ao facto de que semanticamente, não havia diferenças perceptíveis entre, por exemplo, *aver de* e *aver a* seguidos de infinitivo. Esse é o parecer de Rosa Virgínia Mattos e Silva que, apesar de não referir a perífrase ter a infinitivo afirma o seguinte em relação às outras três: "No período arcaico aver corresponde e ter de, e pode variar com aver a, para a expressão da obrigação / necessidade [...] (Rosa V. M. Silva, O português arcaico, morfologia e sintaxe. São Paulo; Contexto, 1993.).

A respeito da construção com a preposição **a**, veja-se ainda o que foi dito na nota 10. Com relação à gramaticalização de *ter que*, é útil referir a posição de Mattoso Câmara (1979, 170) sobre a gramaticalidade das perífrases verbais, citada por Dietrich (1984, p. 71), estudo sobre as perífrases verbais em língua portuguesa:

> Construção mais gramaticalizada é a de auxiliar *ter* articulando-se com um infinitivo por meio dos conectivos *de* ou *que*. Corresponde à significação inicial da perífrase que deu origem ao futuro românico... um modo de obrigação ou compulsão (Mattoso Câmara, 1979: 170, *apud* Dietrich, 1984, p. 71).

Discorrendo sobre a perífrase *ter que* + Inf., Dietrich (1984, p. 82) assevera que:

13 A ocorrência de seeren teudos junto ao verbo-fonte, de teer mostra o grau de gramaticalização final que a expressão ser teudo de já tinha atingido.

> 4.3.3 a perífrase *ter que* +Inf. Distingue-se, como Meyer-Hermann mostrou (28)[14], daquela [ter de + Inf.] que acabamos de mencionar pela sua maior frequência em português falado, mas também por ter um significado um pouco diferente. Falta-lhe a possibilidade de transmudar o significado de 'obrigação' em predestinação'; em contrapartida acentua com mais ênfase a incondicionalidade da obrigação, obrigação essa para a qual o sujeito não contribui em nada, no sentido de um assentimento na sua realização. O índice funcional que seria, pois, adequado, seria 'obrigação' +' incondicional':
>
> "*Tenho que acabar* a organização da unidade e não posso" (A 153)
> "Mesmo que vá para outro lado *tem que passar* pela aldeia" (A 153)
> *Tive que me internar* numa casa de saúde, e então foi preciso amputar..." (A 154)
>
> Por outro lado as distinções feitas por J. Almeida[15] entre obrigação moral no primeiro caso, lógica no segundo, e de necessidade natural no terceiro **derivam novamente do respectivo contexto** não tendo relevância na descrição linguística." (Dietrich, 1984, p. 82, negrito acrescentado).

Uma vez mais vemos salientada a importância de se levar em consideração o contexto de ocorrência da variante para se fazer qualquer interpretação a respeito do seu significado. Na sequência, Dietrich (1984, p.: 82-83) assevera que a perífrase *ter que* + Inf "é sem dúvida uma importação espanhola", tendo na sua origem a "combinação sintática *tener algo que hacer*", mas sem indicar autores que teriam defendido essa hipótese. Depois, ele reitera o fato de a perífrase *ter que* + Inf estar totalmente gramaticalizada:

> A perífrase *ter que* + Inf., está hoje completamente gramaticalizada, apenas na *expressão não ter que ver com alguma coisa* existe o significado lexical de ter, e claro, isto só quando o complemento directo aparece depois de ter [...]. Na fórmula *ter que* + Inf. (+ Compl.) a perífrase está completamente gramaticalizada. Pode aparecer em todos os tempos simples e modos (Dietrich, 1984, p. 83).

A exceção mencionada por Dietrich, *ter que ver*, constitui na realidade uma expressão quase fixa no PB, com a variante, *ter a ver*, sobretudo na negativa: *não tem nada a ver*, com ou sem complemento: *Você não tem nada a ver com isso* (= não é da tua conta, não se meta!); *Isso não tem nada a ver!* (= não diz respeito ao caso). Na amostra, há duas ocorrências, com a mesma expressão, em ambas as variedades:

14 Dietrich remete para Meyr-Hermann (1978, p. 219). Ver a referência completa desse autor, tal qual mencionada por Dietrich, nas referências bibliográficas.
15 Ver a citação em 3; (ver também exemplos 25-26, a respeito do tipo de obrigação).

PB	PE
197 – Ela não **tem nada a ver** com isso. É a mim que você quer	250 – Ela não **tem nada a ver** com isso. É a mim que você quer
336 – Por quê?! Sienna Brooks não **tem nada a ver** com essa história!	416 – Porquê?! A Sienna Brooks não **tem nada a ver** com esta história toda!

3 A AMOSTRA

Em primeiro lugar, vai se considerar aqui somente a perspectiva da variação/mudança do fenômeno abordado, nas duas normas. Não se pretende, em hipótese alguma, discutir questões epistemológicas ou dar conta de todas as questões da modalidade em português. O simples fato de dispor de uma mesma obra, escrita (traduzida) nas duas normas (PB e PE) já é um privilégio que raramente está ao dispor do pesquisador. Considera-se aqui, para efeito de verificação das variantes, que existe uma **modalidade injuntiva** ou **de obrigação** para fazer algo ou para expressar uma necessidade imperiosa. O objeto principal é verificar se ocorre, nesse corpus[16] , na versão PE do texto, alguma ocorrência de TQV, como no PB, em que alterna com TdeV.

Não consigo vislumbrar, no PB atual, uma distinção que faz Almeida (1980, p. 152-154), a respeito de uma possível distribuição (complementar?) entre ambas:

> Concorrendo com a perífrase antiga, na expressão da necessidade, o sintagma *ter que mais Infinitivo* traduz, parece-nos, *um predomínio da obrigação lógica sobre a obrigação material*[17], talvez justamente em decorrência do fato da maior participação do sujeito falante, em relação ao sintagma com ter de. [...] A obrigação material, produto da necessidade natural, física, biológica ou fisiológica, também se encontra traduzida por esta perífrase: ela tinha que andar / tiveram que apelar / tive que me internar / tinha que recorrer às casas particulares dos ricos / tinha que fazer muita força [...] (Almeida, 1980, p. 152-154).

Independentemente dos resultados e do que digam alguns autores eu, na minha prática de escrever, uso ambas as variantes e tenho um critério especial para usar uma ou outra delas: se no texto já há muitos *ques*, uso a variante TdeV; se já houver sucessão de *des*, emprego TQV. Uma consulta à internet[18], procurando por *ter que V*, dá inúmeras páginas[19] em que ocorrem perguntas sobre qual das duas variantes é a "correta" e as

16 Córpus é aportuguesamento do latim corpus, acentuado como paroxítona invariável, como já existem na língua: ônus, bônus, câmpus, húmus, vírus...

17 Compare-se "Só tinha que dar errado!" com "Só tinha de dar errado!" , usado para censurar alguém que fez um ato que, a priori, tinha tudo para não dar certo. Aparentemente, a primeira opção soa melhor nessa acepção. Veja-se a posição de Dietrich (1984: 82) a respeito de "predestinação" e não de obrigação.

18 Internet é aportuguesamento do inglês internet.

19 Por exemplo, a da Ciberdúvidas da língua portuguesa, acesso em 06.09.2018.

respostas, em geral, dão as expressões como equivalentes (“tanto faz”) ou, em alguns casos, se faz alguma diferenciação entre elas com base no que dizem os gramáticos. O fato de se considerar que, no PB, ambas as variantes são equivalentes não quer dizer que se admita variação livre, como notou, a esse respeito, um dos intervenientes (ver nota 10): quando se está frente a fenômenos em variação, sabe-se que duas variantes podem se manter durante tempo relativamente longo, coexistindo, aparentemente como sinônimas, até que ocorra algo que desencadeie uma interpretação diferente ou especializada de uma delas e ocorra a mudança. Isso constitui a chamada variação estável, como está ocorrendo com *nós* e *a gente*, no PB, para a representação da primeira pessoa do plural.

Para quem trabalha com variação e mudança linguística, ter uma amostra constituída de duas versões de um só texto é extremamente relevante[20], pois se evita a crítica de considerar que cada autor de texto pode ter suas idiossincrasias e que elas podem enviesar os resultados. No presente caso, como se trata das duas versões de uma mesma obra[21], produzidas em 2013, com intervalo de dois meses somente, e a mais de uma mão: são dois tradutores na versão PB: Fabiano Morais e Fernanda Abreu e três na versão PE: Fernanda Oliveira, Ana Lourenço e Tânia Ganho, além de “um revisor geral, encarregado de uniformizar o texto”, como indicado na página da internet[22], há a vantagem de ser um *best seller,* de autor já consagrado, que produz muita venda. Logo, necessita de uma linguagem corrente. E é essa perspectiva que não deve ser relegada a segundo plano, quando falamos em descrição da língua em uso, em que pese todo o aparato de revisão que possa ter havido. E, se escapou alguma coisa do revisor da editora, é de se considerar que já pertence ao uso comum; tanto, que nem o revisor foi capaz de perceber diferença (veja-se Menon (1997), para a questão da crítica à utilização de traduções para a descrição da língua em uso).

Tendo em mãos exemplares impressos das duas versões, foi feito o levantamento dos dados, utilizando-se uma tabela de duas colunas. Cada dado é constituído de duas partes: a versão no PB e a versão no PE. Assim, para fins de cotejo, cada par de ocorrências foi digitado com o seu contexto, em células separadas, antecedido do número da página de cada edição (PB ou PE). A presença do contexto garante a possibilidade de se considerar que duas ou mais formas sejam variantes de uma mesma variável, pressuposto básico da teoria da variação e mudança.

20 Mesmo em estudos históricos, é muito raro encontrar duas versões textuais a partir de um só original, sendo exceção os estudos da Regra de São Bento, que dispõe de várias delas.

21 Desde o início dessa pesquisa, não se pretendeu, em nenhum momento, efetuar o cotejo das traduções com o original inglês, porque o objetivo é comparar as traduções nas duas variedades de português. Não interessa verificar a questão de saber se uma determinada forma está mais, ou menos, conforme ao original.

22 Disponível em:https://www.publico.pt/2013/07/11/culturaipsilon/noticia/inferno-dan-brown-1599816, acesso em 01.11.2017.

Vejamos ocorrências em que no PB se usa TQV e no PE, TdeV (13), além da **única** ocorrência de TdeV (12) em **ambas** as variedades:

(12)

PB: TdeV	**PE: TdeV**
118 Tradicionalmente, palácios formais como aquele eram construídos em terrenos elevados, de modo que qualquer pessoa nos jardins tivesse de erguer os olhos para vê-los. O Palazzo Pitti, no entanto, ficava em um vale próximo ao rio Arno – portanto, se você estivesse nos Jardins de Boboli, *tinha de olhar* colina abaixo para avistá-lo.	148 Tradicionalmente, palácios formais ficavam situados em pontos elevados do terreno, de modo que quem estivesse nos jardins fosse obrigado a olhar para cima para ver o edifício. No entanto, o Palazzo Pitti ficava //149//[23] situado num vale perto do rio Arno, o que significava que as pessoas que se encontravam nos Jardins Boboli, *tinham de olhar* para baixo para ver o palácio.

(13)

PB: Ter que V	**PE: TdeV**
109 – Alguém no Instituto de Arte deve ter nos visto e dito alguma coisa – ponderou Sienna, avançando pelo caminho. – *Temos que tirar* você daqui. Agora mesmo.	136 – Alguém no Instituto de Arte deve ter-nos visto e dito alguma coisa – disse Sienna, descendo o caminho. – *Temos de sair* daqui para fora. Já.
144 – Infelizmente, *temos que passar* por aquele átrio. // – Tem certeza?	183 – Infelizmente, *temos de passar* por aquele átrio. // – Tem a certeza?
177 – Uma pessoa quer falar com o senhor – disse ela em tom perplexo. – *Vai ter que* sair para conseguir sinal.	225 – Tenho aqui alguém que quer falar consigo– disse ela, parecendo confusa. – *Tem de* o *levar* lá para fora, para ter rede.
187 No último canto do poema, para escapar do Inferno, o poeta *tem que descer* pela barriga peluda de um gigantesco Satã; quando chega à altura do quadril, que seria o centro da Terra, a gravidade se inverte de repente e, para continuar a *descer* em direção ao Purgatório... Dante *precisa*, na verdade, *subir*.	237 Desses cantos, de forma a escapar do Inferno, Dante *tem de descer* pela barriga peluda do gigantesco Satanás e, quando chega ao umbigo – o suposto centro da Terra –, a gravidade altera subitamente as direções e Dante, para continuar a *descer* para o Purgatório, *tem* de repente *de* começar a *subir*.

Ocorrências (14) em que na versão PB se usa *precisar* + *Infinitivo* e a versão PE apresenta *TdeV* (que também aparece no dado (13) PB 187 e PE 237, acima):

23 O número entre barras inclinadas duplas indica mudança de página. Essas barras também são utilizadas para indicar mudança de parágrafo dentro de um mesmo dado, com fins de economia de espaço, conforme se vê a partir do exemplo (13), p. 144.

(14)

PB: PrecisarV	PE: TdeV
18 – Existe alguém para quem devamos telefonar avisando? Mulher? Filhos? // – Ninguém – respondeu Langdon sem *precisar pensar*. // Sempre gostara da solidão e da independência que sua vida de solteiro lhe proporcionava, embora *precisasse admitir* que, nas condições em que se encontrava, preferiria ter um rosto conhecido ao seu lado.	23 – Existe alguém que queira que contactemos? Mulher? Filhos? // – Ninguém – respondeu Langdon *instintivamente.* // Ele sempre gostara da solidão e independência que a vida de solteiro lhe proporcionava, embora *tivesse de admitir* que, na presente situação, preferiria ter um rosto familiar ao seu lado.
94 – *Precisamos continuar*. No caminho eu explico.	118 – *Temos de continuar* a andar. Eu explico pelo caminho.
202 Preciso encontrar *a máscara... e ver o que está escondido atrás dela.* (itálico do original, redondo acrescentado)	257 Tenho de encontrar *a máscara... e ver o que está escondido na parte de trás.* (itálico do original, redondo acrescentado)
217 Preciso parar *de ser tão esnobe com essa coisa de livros de papel*, pensou. *Os e-books têm lá as suas vantagens.* (itálico do original)	274 Tenho de *deixar de ser tão snobe em relação aos livros encadernados a couro*, lembrou a si mesmo. *Os* e-books *têm os seus momentos.* (itálico do original)

Igualdade de uso entre PB e PE: *precisar (+de)* + *Infinitivo* podem ser vistos em (15). No PB, há muito tempo que não se emprega mais a preposição *de* quando o verbo *precisar* é seguido de um infinitivo, para expressar a obrigação ou necessidade; o PE, aqui, conserva o uso da preposição, exceto numa ocorrência, mencionada mais adiante[24]:

(15)

PB: Precisar + Infinitivo	PE: Precisar de + Infinitivo
22 A Dra. Brooks se debruçou sobre ele, pairando como um anjo. // – Por favor, Sr. Langdon – sussurrou. – O traumatismo craniano é delicado durante as primeiras 24 horas. O senhor *precisa descansar* ou pode causar danos graves. Uma voz crepitou de repente no interfone do quarto.	28 A doutora Brooks debruçou-se sobre ele, pairando como um anjo.// – Por favor, senhor Langdon – sussurrou. – O traumatismo craniano é uma situação delicada nas primeiras 24 horas. *Precisa de repousar*, caso contrário pode ficar com lesões graves.// De repente, ouviu-se uma voz no intercomunicador da sala
113 – Robert, é só você parar que alguém começa a atirar em você!	143 – Robert, de cada vez que para, que alguém começa a disparar contra si!

24 Parece que no PE atualmente se usa mais esse verbo com preposição; no entanto, em textos de outros períodos, é possível encontrar o verbo prescindindo da preposição, como nesta passagem de ata de reunião da "Meza plena" da Ordem da Santíssima Trindade, de 05.04.1818, escrita pelo secretário Franc.o Antonio Villela: [...] e logo pello o N. Ir. Pr.or foi ditto que por ter falecido da vida prezente o mestre prezente, digo o mestre pedreiro Manoel Luis Nogueira, por essa razão se precizava nomiar outro mestre para por em cher (sic) este lugar [...] (apud Coutinho, 1972, p. 444, negrito acrescentado). O mesmo secretário, um ano antes, na reunião de 02.02.1817, já havia empregado o mesmo verbo sem preposição: "E propondo mais o N. Ir. Prior que de nascecid.de se precizava toda e quanta pedra exziste na Praça pertensente à nossa Ordem para haver de ficar a Praça limpa [...] (apud Coutinho, 1972, p. 442).

Precisa descobrir no que está metido. Tem que ver o mural de Vasari. Talvez isso reavive a sua memória. Talvez o ajude a descobrir de onde veio esse projetor e por que você o está carregando.	*Precisa de perceber* em que é que está envolvido. Precisa de olhar para esse mural de Vasari e esperar que isso lhe avive a memória. Talvez isso o ajude a saber de onde é que veio esse projetor e porque é que anda com ele.
133 – *Dobbiamo passare* – disse ela. *Precisamos passar*. A mulher gesticulou para o portão de aço, que Ernesto por sorte havia trancado atrás de si.	169 – *Dobbiamo passare* – disse ela. *Precisamos de passar*. Fez um gesto em direção à grade de aço, que Ernesto, felizmente, fechara atrás de si.
191 *Paraíso 25*, pensou Langdon, desejando que sua memória fotográfica fosse boa o suficiente para ele saber o texto inteiro de cor. *Infelizmente, não chego nem perto disso: precisamos encontrar um exemplar do livro.*	242 *Paraíso Vinte e Cinco*, pensou Langdon, desejando que a sua memória eidética fosse suficientemente boa para recordar o texto inteiro de cor. *Nem perto, precisamos de encontrar uma cópia do livro.*

Uma observação importante: **não** foram computados os casos em que *dever* + *V. Infinitivo* correspondesse a *hipóteses* ou a *conclusões*, como as ocorrências (16) abaixo:

(16)

PB	**PE**
237[25] Como já *devem ter* reparado, o número nove é recorrente em Dante.	297 Como já *devem ter* reparado, o número nove é recorrente em Dante
237 – Assim, após suportar os horrores do Inferno, vocês *devem estar* muito animados para chegar ao Paraíso.	298 – Então, depois de enfrentarem os horrores do Inferno, vocês *devem estar* muito animados por irem para o Paraíso.

Além das duas formas que são o objeto específico desta discussão (TdeV / TerQV), verificou-se haver um grande número de outras maneiras de expressar a modalidade injuntiva, de obrigação ou de necessidade: (*i*) verbo *dever*; (*ii*) expressões como *é preciso; ser obrigado a, só pode ter sido*; (*iii*) verbos flexionados; (*iv*) orações de natureza diferente; (*v*) modalização diferente. Vejamos os exemplos de cada situação:

25 O número que antecede cada exemplo é correspondente ao número da página de cada edição. As diferenças nos números das páginas vão se avolumando no decorrer da obra, em razão do espacejamento entre parágrafos e de, na versão PE, cada capítulo iniciar em nova página.

(*i*) verbo *dever* com significado modal de injunção, obrigatoriedade ou necessidade (17):

(17)

PB	PE
(*i*) 12 Eles disparam à frente, incrédulos, querendo agarrar meus pés, mas temendo que eu perca o equilíbrio e caia. Com um desespero contido, começam a implorar, mas eu já lhes dei as costas. *Sei o que devo fazer.*	(*i*) 16 Eles precipitam-se para a frente, incrédulos, querendo agarrar-me pelos pés, mas receando fazer-me perder o equilíbrio e cair. Imploram, agora, com desespero contido, mas eu já lhes virei as costas. *Sei o que tenho de fazer.*
(*i*) 195 – Ali embaixo – sussurrou Sienna, apontando para o breu. – Na beirada da estrutura. Aquilo *deve estar* chumbado na parede. *Deve aguentar* meu peso.	(*i*) 248 – Lá em baixo – sussurrou Sienna, apontando para a escuridão abaixo deles. – A extremidade da estrutura. *Tem de estar* montada parede. *Deve aguentar* comigo.

(*ii*) expressões como *é preciso; ser obrigado a* (18).

Veja-se que, no primeiro exemplo, ocorre *é preciso* no PB e *tem de V* no PE; no segundo, *tivesse de V* no PB *e fosse obrigado a V* no PE. Foram casos como esses que nos impuseram considerar as outras possibilidades de expressão da modalidade injuntiva, ou de necessidade, ou de obrigação, para poder arrolar todas as ocorrências das duas variantes em análise.

(18)

PB	PE
(*ii*) 338 – *É preciso mudar* o seu foco intelectual – disse ele.	(*ii*) 419 – *Tem de mudar* o seu foco de atenção intelectual para outra coisa – explicou ele.
(*ii*) 118 Tradicionalmente, palácios formais como aquele eram construídos em terrenos elevados, de modo que qualquer pessoa nos jardins *tivesse de erguer* os olhos para vê-los. O Palazzo Pitti, no entanto, ficava em um vale próximo ao rio Arno – portanto, se você estivesse nos Jardins de Boboli, tinha de olhar colina abaixo para avistá-lo.	(*ii*) 148 Tradicionalmente, palácios formais ficavam situados em pontos elevados do terreno, de modo que quem estivesse nos jardins *fosse obrigado a olhar* para cima para ver o edifício. No entanto, o Palazzo Pitti ficava //149// situado num vale perto do rio Arno, o que significava que as pessoas que se encontravam nos Jardins Boboli, tinham de olhar para baixo para ver o palácio.

(*iii*) verbos flexionados (19), como *lutou* (= resultado da ação) no PE, mas *precisou lutar* (modalidade da necessidade) no PB:

Parece ter havido no PB a necessidade de realçar as dificuldades da "luta":

(19)

PB	PE
(*iii*) 269 Ao voltar os olhos para o poema outra vez, Langdon *precisou lutar* contra uma onda de exaustão.	(*iii*)334 Quando Langdon voltou os olhos para o poema, *lutou* contra uma onda de exaustão.

(*iv*) orações de natureza diferente, como uma oração final, *a tomar*[26], no PB, e a expressão da modalidade no PE: *tinha de tomar*:

(20)

PB	PE
(*iv*) 213 *Tinha* uma decisão difícil *a tomar*.	(*iv*) 269 *Tinha de tomar* uma decisão muito difícil.

(*v*) modalização diferente:

(21)

PB	PE
(*v*) 243 – Zobrist – sussurrou Sienna. – *Só pode ser* ele.	(*v*) 305 – Zobrist – sussurrou Sienna. – *Tem de ser*.

Em (21) vemos que no PB aparece uma modalização em termos de uma **possibilidade inevitável**, que seria equivalente a "tinha que ser ele", mas numa interpretação diferente da acepção da modalidade injuntiva que estamos analisando.

4 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Depois de efetuado o levantamento dos dados, foi feita contagem manual das ocorrências (infelizmente, uma rodada estatística com um programa como o Varbrul exigiria um conjunto de grupos de fatores que não é possível aplicar, no momento, a essa amostra) e procedeu-se ao cálculo das percentagens (que não podem ser usadas para indicar possibilidades de mudança ou tendências da língua). Como esperado, não houve uma ocorrência sequer de *ter que V* no PE. Contudo, ficaram evidenciados fatos

26 Veja-se o que foi dito na nota 10, a respeito da construção com a preposição a.

relevantes, na medida em que os percentuais demonstram algumas preferências por certas construções.

Dois terços da amostra (área sombreada na Tabela 02) se concentram nas perífrases com *ter de V*, *TQV* e *precisar* (de). Os **pares** mais expressivos, em termos numéricos foram:

PB:TQV/ PE:TdeV (23% da amostra[27], de um total de 147 pares de dados);
PB:Precisar+Inf/ PE: TdeV (21% dos dados) e
PB: Precisar+Inf./ PE: Precisar de + Inf. (17% dos dados).
A dupla PB: TQV/ PE: Precisar de + Inf. acompanhou de muito longe, com 6,1% das ocorrências.

Em torno de dez por cento das ocorrências aparece a perífrase com *dever* + *Infinitivo*. Esse é, em princípio, um resultado inesperado, pois sempre se considerou esse verbo como o verbo da obrigação. Mas talvez haja uma explicação para que ele não compareça com tanta frequência para expressar a obrigação ou a necessidade: ressaltamos, anteriormente, que não entraram no cômputo dos dados as ocorrências em que *dever* representasse hipótese ou resultado de alguma coisa. Esses dados, bastante frequentes no corpus, podem ser indicativos de que houve um desgaste (*bleaching*, na teoria da gramaticalização) na força significativa do verbo *dever* como denotador de obrigação, e agora ele se presta mais a enunciados com nuances de outras modalidades mais fracas.

O restante da amostra, constituída de muitas combinações de variantes, como se pode ver na Tabela 02, é pouco significativo no aspecto quantitativo. Não deixa, porém, de ter a sua importância – como balizador das variações possíveis nas duas normas –, para a expressão da modalidade de injunção, de obrigação ou de necessidade. Os resultados mais significativos estão sombreados:

Tabela 02: Distribuição dos pares de ocorrências para expressar a *modalidade injuntiva.*

PB	PE	N.o Ocorr./ total	%
ter que + V Infinitivo	ter de + V Infinitivo	35/147	23,8
precisar + V. Infinitivo	ter de + V. Infinitivo	31/147	21,0
precisar + V. Infinitivo	precisar +de + V. Infinitivo	25/147	17,0
ter que + V. Infinitivo	precisar + de + V. Infinitivo	09/147	6,1
dever + V. Infinitivo	dever + V. Infinitivo	08/147	5,4
dever + V. Infinitivo	ter de + V. Infinitivo	07/147	4,8

27 Cada um dos dados (pares) da amostra é composto da ocorrência da variante no PB e da variante no PE, compondo uma dupla. Por isso, a leitura da Tabela 02 deve ser feita assim: 23% da amostra total (147 dados) é constituído por 35 casos de ter que mais verbo no infinitivo no PB, com o seu correspondente, no PE, ter de mais verbo no infinitivo. Há 21% de ocorrências da combinação precisar mais verbo no infinitivo no PB e, no PE, ter de mais verbo no infinitivo (31 casos).

ter que + V. Infinitivo	outros verbos flexionados[28]	07/147	4,8
precisar + V. Infinitivo	outros verbos flexionados	07/147	4,8
outras expressões	ter de + V. Infinitivo	07/147	4,8
outras expressões	dever + V. Infinitivo	04/147	2,7
ter de + V. Infinitivo	outros verbos flexionados	03/147	2,0
ter de + V. Infinitivo	dever + V. Infinitivo	01/147	0,6
ter de + V. Infinitivo	ter de + V. Infinitivo	01/147	0,6
precisar + V. Infinitivo	dever + V. Infinitivo	01/147	0,6
poder + V. Infinitivo	ter de + V. Infinitivo	01/147	0,6

Fonte: A autora, a partir do levantamento dos dados nas duas traduções.

Identificar e contar os dados de TdeV e TQV, isoladamente, nas duas variedades de português, não constituía objetivo desse estudo. Primeiro, porque esse resultado mascararia usos específicos; segundo, porque daria simplesmente a quantidade de vezes que cada uma das variantes apareceria na amostra de cada variedade do português; isto é, não indicaria a variação no uso das diferentes possibilidades de apresentar a modalidade injuntiva na língua em cada contexto. Mas, para não faltar essa informação, que pode ser relevante para algum outro estudo, foi feita tal contagem (os números mais significativos estão sombreados):

Tabela 03: Distribuição das ocorrências TdeV, TQV e outras, isoladamente.

VARIANTE	PE	%	PB	%
ter de V	82/147	55,7	05/147	3,4
ter Q V	–		51/147	34,6
precisar+(de)+Infinitivo	34/147	23,1	64/147	43,5
dever + Infinitivo	14/147	9,5	15/147	10,2
outras expressões	–		11/147	7,4
outros verbos flexionados	14/147	9,5	–	
poder + Infinitivo	–		01/147	0,6

Fonte: A autora, a partir do levantamento dos dados nas duas traduções.

Analisando *internamente* a amostra, agora não mais quanto aos pares, mas em relação aos empregos de cada variante na sua norma *standard*, verificamos que a perífrase *TdeV* responde, **na variedade europeia,** a 55,7% dos 147 casos, seguida por *precisar de+Inf.,* com 23,1%, 34 casos das 147 ocorrências. Juntas, as duas variantes representam, nesse corpus, por ¾ dos dados no PE! Podemos dizer, então, que *TdeV* é, de longe, a maneira mais corrente de expressar a obrigação no PE.

[28] Como, em nenhum momento, se pensou em conferir as traduções com o exposto no original inglês, não se pode aventar qualquer hipótese relativa a haver, ou não, expressão da modalidade de injunção no texto-fonte.

Essa situação se inverte no **PB**: neste, *TQV* representa 30% dos dados, enquanto *Precisar+Inf* responde por 43% das ocorrências para expressar a obrigação ou a necessidade. Se somássemos os cinco casos de *TdeV* aos 30% de *TQV*, a situação não se alteraria grandemente. A perífrase *Precisar+Inf*. parece gozar de mais vitalidade, nessa amostra, para a expressão da obrigação no PB. Pode, também, ser um recurso para evitar o uso de TQV.

A partir desses resultados, a simples apresentação isolada dos recursos usados para indicar a modalidade injuntiva nas duas variedades do português indicaria que o PE usa majoritariamente TdeV –52,4% – que, no PB, responde por apenas cinco ocorrências (3,4%), contra 30% de TQV, este inexistente na presente amostra do PE. Tal constatação levaria a afirmar que o PE só usa TdeV (nunca TQV) e que no PB haveria mais variantes para a modalidade injuntiva, entre as quais, minoritariamente, TdeV.

Mas, quando se olha para o resultado dos pares, vê-se que o PE utiliza outros recursos, sendo a principal concorrente a variante com o verbo **precisar de**, com 34 casos (23,1%). No PB, onde também se usa o verbo precisar, este responde por 64 ocorrências, que correspondem a 43,4% dos casos, superior aos 30% de TQV.

Porém, como a própria norma escrita está sujeita à variação, constatei que no PE escrito já vinha sendo utilizada, esporadicamente, também a variante TQV[29], como nestes exemplos de Ribeiro, na sua introdução à edição de *Arte da Guerra do Mar*, uma das obras de Fernão de Oliveira:

Texto / Glosa de Ribeiro (2008 p. XXI, XIII, XXVIII, respectivamente)	**Enunciado original** de Fernão de Oliveira (1555), (*apud* Ribeiro, 2008, p. 27, 41-41, 42, respectivamente)
Não basta que a guerra seja justa. Afirma que *tem de* ser lícita.	Nam basta ser a guerra justa, mas tambem o modo della *deue ser* justificado, e as tenções dos que a fazem dirigidas a bõ fim, e desta maneyra acabaraa de ser justa a guerra, e licita aos christãos
Em seguida, Fernando Oliveira reconhece que as armadas *têm que* estar sempre prontas para o combate.	Assim, segũdo com quem pelejamos *hauemos de vsar* as armas, e ser destros nellas comeelles.
(...) apesar de a artilharia ser uma arma prejudicial para a humanidade, *tem que* ser usada.	Todauia porq̃ *he necessario* rebater nossos inimigos da feição que nos elles combatẽ, e não lhe dar armas dauãtagem, nem differẽtes se for possiuel, *sejão* prouidos os nossos armazẽs de tiros e munição dartelharia, e os homẽs ensayados nella

29 Além disso, nas edições de textos mais antigos, manuscritos ou constantes de edições esgotadas ou raras, constatei certa vitalidade de outra variante no PE: haver que + Infinitivo, nas introduções dos organizadores. Porém, como não ocorreu nenhum caso dessa variante na amostra em estudo, avento somente uma hipótese a respeito: HaverQV seria uma estratégia para evitar o uso de TerQV?

Na introdução, ao tecer diferentes comentários sobre o manuscrito que está editando, Ribeiro (2008) **cita** trechos que não são exatamente as expressões utilizadas pelo autor quinhentista: o editor está glosando, em linguagem moderna, as afirmações de Oliveira. Ribeiro usa **tem de V** quando Oliveira usou **deue ser**; usou **tem que V** onde Oliveira empregou **havemos de V** ou **he necessario**!

Nessa obra de Fernão de Oliveira (o mesmo da primeira gramática da língua) ocorrem expressões como *he necessário que* ou *he necessario*+ *Infinitivo flexionado*; *haver de V* ainda tem sentido modal de injunção, além de aparecer correntemente o verbo *dever* + Infinito ou *Cumpre que* e imperativos (como *sejão*, visto dar instruções e estratégias a seguir em combates navais).

No entanto, procurando dados para outro trabalho, me deparei com ocorrências no mínimo intrigantes e que dão a pensar se já no século XVI não estaria ocorrendo a variante TQV. São os exemplos (22-24) abaixo, retirados de peças de teatro autores nascidos naquele mesmo século, de Camões (1524-1580) e de António Prestes (datas de nascimento e morte desconhecidas; tem obras suas publicadas em 1587, junto com as de Camões e outros):

(22) Senhor comendador eu /[30] nam me mantenho no ar/ concrua que vou cear / quanto he ao feito ſeu/ *nam tẽ que me vir lembrar* (Antonio Preſtes, *Auto do Deſembargador*, p. 65v., **Autos**).

(23) Dizeyme he iſto vir ver/ ſe dou já fios à tea/ tornaiuos ilhe dizer/ que ainda *tem que tecer* (Antonio Preſtes, *Auto dos Dois Hirmãos*, p. 79v, **Autos**).

(24) Porque o milhor deſtas danças/ cõ hũs vendiſos aſim/ he trazelos por aqui/ o cheiro das eſperanças/ por uiuer/ aos homẽ de trazer/ nos amores aſsi mornos/ ſoo pera *ter que fazer*/ & depois ao remeter/ lançarlhe aca panos cornos (Luis de Camões, *Avto chamado dos Enfatriões*, p. 87r, **Autos**).

Nessas construções (22 a 24) constatamos poder haver ambiguidade ou dupla interpretação: **ainda é** *ter que* = *o que* ou **já é** *ter que V*, expressão da modalidade injuntiva?

Porém, ao encontrar, na correspondência de Martim Afonso de Sousa (1500-1564) – que foi governador da Índia, depois de estar no Brasil como donatário das capitanias do Rio de Janeiro e de São Vicente –, ocorrências da sequência *ter que V*, como (25-26), pode-se vislumbrar a possibilidade de que ambas as variantes poderiam ter sido introduzidas no Brasil ainda no século XVI, com os povoadores que tinha obrigação de trazer, como donatário:

30 As barras inclinadas indicam término do verso: lembrar que grande parte do teatro quinhentista era em verso, não em prosa.

(25) Nam falo aquy a Vosa Mercê em muytas cousas que *tynha que vos escrever*; deyxo-as pera o começo do veram (Chaul, 17.04.1535, *apud* Schurhammer, 1961, p. 19).

(26) *Tenho que dar* muitas graças a Deus, que despois que aquy cheguey se socederom as cousas a pedir de bota [...] (Cochim, 24.12.1536, *apud* Schurhammer, 1961, p. 24).

Se em (24) *tynha que vos escrever* ainda fosse ambíguo, (*i*) por poder ter um objeto direto *que*, retomando *muytas cousas*[31], (*ii*) era sua obrigação escrever ao rei certas cousas, inerentes ao seu cargo na Índia; em (26) parece que já é claramente a construção gramaticalizada, indicando a obrigatoriedade de ele dar muitas graças a Deus, depois da sucessão de fatos adversos a que esteve sujeito.

Cabe, aqui, ainda, chamar a atenção para uma outra reflexão: a importância do papel da ordem sintática dos constituintes das orações (ver, a esse respeito, Menon 2003, 2011, 2012, 2019, sobre a gramaticalização do verbo **ir** para representar o futuro) em alguns processos de gramaticalização em português. Observe-se o seguinte trecho de Duarte Nunes de Leão, na crônica e vida del Rey D. Affonso V (*apud* Leão, p. 802):

Aos dez dias do mez de Novembro se começaraõ as Cortes, e nellas o Infante D. Joaõ se levantou em pé, e disse: que elle **tinha** algumas cousas **que** propor do serviço de Deos, e del Rey, e bem do Povo, que por sua indisposiçaõ lhes naõ podia dizer, mas lhes dizia [Ø que, conjunçaõ integrante] [Ø OD] ouvissem por elle **a**o [ODP] Doctor Diogo Affonso Manga Ancha.

Na ordem em que se apresentam os fatos, (*i*) algumas cousas é objeto direto de **tinha**; (*ii*) **que** propor corresponde a uma finalidade: = **a/para** propor; (*iii*) do serviço de Deos é complemento nominal de algumas cousas [= referentes, pertinentes ao serviço de Deus e do rei]; (*iv*) que é retomada anafórica = as quais cousas ele pessoalmente não poderia lhes falar, por sua indisposição (D. Joaõ estava convalescendo de uma enfermidade) e, assim, o Doctor Diogo Afonso falaria por ele; (*v*) mas lhes dizia que [as] ouvissem **a**o [= do] Doctor Diogo Afonso: porém, o objeto direto [as] não está expresso.

Se houver uma pequena mudança na ordem de apresentação dos fatos e houver um deslocamento de algumas cousas para depois do verbo propor, que se torna seu objeto direto, vai aparecer a sequência que corresponde ao uso da modalidade injuntiva:

[...] que elle **tinha que** propor algumas cousas do serviços de Deos e del Rey [...].

construção que fica muito semelhante ao exemplo (26) de Martim Afonso de Sousa, salvo que em (26) o antecedente **muytas cousas** está anteposto e, por isso, pede um pronome relativo **que**: "muytas cousas **que** tynha que vos escrever."

31 Compare-se com o exemplo (11), acima.

Ferreira-Strogenski (2017) fez levantamento em quinze obras literárias (narrativas ficcionais), de autores brasileiros nascidos entre a primeira metade do século XIX e a segunda do século XX[32], sobre a expressão do futuro[33] e as expressões *terdeV* e *terQV*, porque abordou também *haver de V* (tanto para expressar futuro como de uso modal). Ela encontrou um número reduzidíssimo de ocorrências: 34, sendo 19 ocorrências de *TdeV* e 15 de *TQV*. A partir dos seus dados, elaborei a Tabela 04, distribuída pelos três períodos abordados pela autora, por data de nascimento dos autores:

Tabela 04: Número de ocorrências em autores nascidos nos sécs. XIX e XX.

Variante	Período 1 1800-1850	Período 2 1851-1900	Período 3 1901-1950	Total
Ter de V Inf.	05	05	09	19
Ter que V Inf.	02	08	05	15

Fonte: Tabela montada a partir dos dados de Ferreira-Strogenski (2017).

Tal conjunto de dados não permitiu fazer generalizações sobre o seu emprego na literatura: tentei fazer uma relação dos verbos empregados pelos autores; porém isso não conduziu a nada. Seriam necessárias muito mais ocorrências para se pensar em hipóteses para uso diferenciado de uma ou de outra das variantes[34]. Consultada naquela ocasião, a autora me comunicou que pretendia alargar a consulta a outras fontes para tentar retraçar o percurso das variantes no PB.

Almeida (1980, p. 154) discorre a sobre a negação da necessidade, para a distinguir da outra construção *ter que ver*, com significado de 'dizer respeito a' ou 'interessar', que, embora ele não mencione, concorre com a variante com preposição a (*ter a ver com*):

> A presença da partícula *não* leva naturalmente o sintagma para a expressão da negação da necessidade: Não tem que me pedir desculpa. / Não tenho que me sujeitar a nada. / (...) para não ter que gritar.
> Esses casos não se devem confundir com:

32 A Moreninha, 1984, Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882); Lucíola, 1862, José de Alencar (1829-1877); Dom Casmurro, 1899, Machado de Assis (1839-1908); O Cortiço, 1890, Aluísio Azevedo (1857-1913); O Ateneu, 1888, Raul Pompeia (1863-1895); Triste Fim de Policarpo Quaresma, 1915, Lima Barreto (1881-1922); Cidades Mortas, 1919, MonteiroLobato (1882-1948); São Bernardo, 1934, Graciliano Ramos (1892-1953); Amar, Verbo Intransitivo, 1927, Mário de Andrade (1893-1945); Terras do Sem Fim, 1943, Jorge Amado (1912-2001); O Xangô de Bakeer Street, 1996, Jô Soares (1938-2022); O estorvo 1991, Chico Buarque (1944-); Paris, 98!, 2006, Mário Prata (1946-). Manual do Guerreiro da Luz, 1997, Paulo Coelho (1947-); Juliano Pavolini, 1989, Cristóvão Tezza (1952-). A data após o título corresponde à primeira edição; no entanto, o que mais interessa é a data de nascimento do autor (em negrito), em razão da época em que aprendeu a língua.

33 O trabalho da autora tinha como foco principal estudar o percurso de variação e mudança na expressão do futuro em obras literárias do PB. Como futuro tem relações com a modalidade, ela levantou também os dados de Haver deV, TerdeV e terQV, mas não aqueles com dever ou precisar.

34 Além disso, é preciso lembrar que muitos autores de gramática, no Brasil, até pelo menos a segunda metade do séc. XX, eram mais realistas que o rei: exigia-se, não poucas vezes, uma correção que já não fazia sentido na própria língua corrente em Portugal.

> Nós *não temos que ver* com a habilidade mais ou menos bem desenvolvida do empréstimo (O. Martins, PS, 94)
> onde há ocorrência da locução *ter que ver*, no sentido de "dizer respeito", "importar", "interessar" (Almeida, 1980, p. 154).

Essa expressão é como a que flagrei (durante as muitas viagens que fiz para consultar obras disponíveis somente na Biblioteca Nacional de Portugal) em inúmeros diálogos na televisão em Lisboa, sobretudo em séries estrangeiras, cuja tradução aparecia nas legendas da tela, como anotei (27):

(27) *Teve* algo *que ver* com a morte de Mr. King? (TV, Inspetor Superintendente para a dona do Hotel, 11.11.2017, série *Mistérios do Dr. Blake*).

Sobre isso, ver Almeida (1980: 150) que, fazendo menção ao fato de que Said Ali não considerava muito antiga a perífrase TdeV, diz ainda que aquele autor rejeitava a hipótese de que teria havido na expressão original "palavras como *obrigação, necessidade* ou *dever*, que depois vieram a se elidir (como p. ex., ter a obrigação de trabalhar, ter o dever de trabalhar, ter a necessidade de trabalhar)". Com relação a TQV, que ele denomina *ter com conectivo que*, considera-a variante estilística da perífrase anterior, para a expressão das diversas noções de obrigação: "Formada de maneira análoga à anterior, pela elipse do nome objeto do primeiro verbo, a referida construção tem sido condenada por filólogos de renome" e cita alguns deles, entre os quais

> F. da Silveira Bueno, na diferença de uso que observa entre *ter de* e *ter que*, ainda que recomende o uso apenas de *ter de* do primeiro como forma futura no sentido de obrigação, não deixa de notar que "escritores cuidadosos, como Rui Barbosa, não fazem tal distinção." (Questões de português, 1957, S. Paulo, Saraiva, p. 142)" (Almeida, 1980, p. 152).

Sobre o trabalho de Almeida, Cunha & Cintra (1992: 458), ao discorrerem sobre substitutos do futuro do presente simples, dizendo ser o presente do indicativo do verbo ter + PREPOSIÇÃO de + INFINITIVO uma delas, fazem uma chamada em nota: "Quanto à distinção estilística entre ter de e ter que seguido de INFINITIVO, leiam-se as considerações de João de Almeida (...), onde se justifica a vernaculidade da segunda construção, posta em dúvida por alguns gramáticos."

5 CONCLUSÃO

Então, se na amostra analisada, cotejando-se os dois textos escritos na modalidade *standard* do PB e do PE, não se constatou a ocorrência de um único dado de TQV no PE, seríamos forçados a dizer que essa variante não existe na variedade europeia

da língua. Entretanto, isso constitui problema da amostra, não da língua. Nessa, sabemos que já ocorre, tanto na língua oral[35] como, menos talvez, na escrita, como vimos acima.

É interessante observar como ocorrem certas modificações nas chamadas "versões atualizadas" de obras antigas, no tocante à linguagem, para "facilitar" a compreensão do leitor moderno. No tema concernente a este trabalho, a parte correspondente à **errata**[36] – "erros", informação equivocada, omissões de natureza diversa – é bastante importante para observar as adaptações linguísticas referentes à expressão da modalidade injuntiva (dar ordens, instruções; indicar proibições), na versão atualizada da obra *Livro das Grandezas de Lisboa,* de Frei Nicolau de Oliveira (1566-1634), publicada em 1620. Uma nova edição da obra, em 1991, conta com o fac-símile da edição original, prefácio de Francisco Santana e, depois, o texto atualizado por Maria Helena Bastos. Em princípio, temos o cotejo entre a linguagem de fins do século XVI e a da segunda metade do século XX. Vale ressaltar que nas obras em que aparecem as **erratas**, utiliza-se, em geral, a fórmula: "Onde se lê ... leia-se ..."; onde a injunção/recomendação/correção ocorre com emprego do imperativo.

No fac-símile, sem numeração, são seis fólios iniciais; no sétimo fólio, **r** e **v**, está a "BREVE NARRAÇAM DO QVE NESTE LIURO ſe contem." De oito **r** até doze **v**, aparecem as "Aduertencias pera o Leytor". Depois é que inicia o texto e os fólios são numerados, a partir do fólio I, r.:

> Algũas erratas vão neſta impreſſaõ as quaes achara o Leytor aqui enmendadas com algũas aduertẽcias que me pareceo deuia fazer pera mayor declaração do que vou tratando em algũs capitulos. § Primeiramente aduirto, que na ſegunda folha, **onde diz que** ſaõ trinta & quatro legoas deCaſcaes tee o Mondego, **ha de dizer trinta,** & noue, a ſaber, ſinco de Caſcaes tee Lisboa, da qui a Sanctarem quatorze, & de Sanctarem ao Mondego vinte [...].

Em Frei Nicolau, **todas** as advertências para a substituição são com **haver de V**; na primeira parte do enunciado, após a localização (*na ſegunda folha, na letra S, a folhas 37*) da parte que deverá ser substituída, aparecem as seguintes formas: **onde diz** 04; **onde diz Q** 05; **onde ſe fala** 01; **onde ſe trata** 04; **diz 02**; **diz Q 07**; **ſe diz Q** 01. Em cinco casos, só aparece a localização (*Na letra B*) seguida da forma da correção: **ſe ham de acrecentar**.

35 Ver, mais acima, a afirmação de Leite de Vasconcelos (1966, p. 348) referente à constatação de que, no início do séc. XX, as pessoas diziam: tenho que ir lá, tenho que escrever uma carta.

36 Os chamados erros tipográficos eram muito frequentes em edições antigas (e mesmo modernas), sobretudo enquanto a forma de composição da matriz para a impressão era feita com tipos móveis ou com a linotipia. Apesar de existir nas gráficas um revisor das provas (primeira impressão usando a matriz tipográfica), isso não impedia que muitos erros (também chamados de gralhas) continuassem ou que novos aparecessem. Depois de constatados os problemas, nem sempre era possível consertar a matriz, sobretudo quando o processo de composição era a linotipia (o texto era produzido por linhas inteiras, datilografadas pelo linotipista numa máquina que gerava uma linha em chumbo, a partir das quais se compunha a matriz por página). Então, imprimia-se a obra e, depois, elaborava-se a errata (plural do neutro latim erratum), lista de erros a consertar, a fim de comunicar ao leitor que as falhas de impressão foram devidamente constatadas e que se lhe indicava como interpretar adequadamente a informação. Essa parte era acrescentada no início ou no fim do livro.

(a que correspondem, na versão atualizada, **é necessário** e quatro casos com verbo modal **dever**)[37].

Na versão atualizada de 1991, por Maria Helena Bastos, as *advertências* começam na p. 439 e são seis os recursos para indicar a injunção, ou necessidade de correção: **há que V** e **ter que V**; **imperativo** (mais dois casos ambíguos: um, de caráter informativo – *note-se que* – e outro – *retira-se … escreve-se* – cujas formas verbais têm morfema de imperativo de segunda pessoa do singular (ou seria de segunda pessoa não marcada?); auxiliar modal **dever**; ocorrências de caráter informativo, em primeira pessoa: **advirto que**; casos em que aparecem expressões com verbo de ligação: **é necessário**, **é de advertir**. Em ordem decrescente, os recursos para indicar a modalidade injuntiva foram (à esquerda, a versão original (1620), de Frei Nicolau de Oliveira; à direita, a versão atualizada (1991), de Maria Helena Bastos):

Exemplos de imperativo (11 casos):

Na folha quinta, onde diz q̃ entrou ſua Mageſtade neſta Cidade a vinte & noue de Iulho, **ha de dizer**, de Iunho.	439 Na folha quinta, onde se diz que entrou Sua Majestade nesta cidade a vinte e nove de Julho, **diga-se** de Junho.

Dois casos ambíguos de imperativo:

Na folha duodecima, onde ſe trata da muyta ſardinha … **ſe ha de notar** que vem …	440 Na folha décima primeira [sic], onde se trata da muita sardinha … **note-se** que vêm a esta cidade
A folhas .37. verſo, onde diz, não legitima, **ſe ha de tirar** o (não) & **eſcreuer** legitima…	440 Na folha 37, verso, onde se diz – não legítima **– retira-se** o (não) e **escreve-se** legítima

Uso do auxiliar modal dever (06 casos):

Na letra B. **ſe ham de acrecentar** mais de mil & quinhentas molheres que fazem botões de ſeda	442 Na letra B, **deve acrescentar-se** mais de mil e quinhentas mulheres que fazem botões de seda

37 No Anexo, pode-se ver a lista completa das ocorrências das duas versões.

Há que V (05 casos):

na ſegunda folha, onde diz que ſaõ trinta & quatro legoas deCaſcaes tee o Mondego, **ha de dizer** trinta**,** & noue	439 na segunda folha, onde se diz que são trinta e quatro léguas de Cascais até ao Mondego, **há que dizer** trinta e nove

Tem que V (01 ocorrência):

Na letra S. onde ſe fala nos Sirieyros **ſe ha d'aduertir** que entrão neſta Cidade … mais de oito mil quintaes de Cera	443 Na letra S, onde se fala de Cirieiros, **tem que se fazer notar** que entram nesta cidade …. mais de oito mil …

Advirto que V (02 casos):

A folhas ſeſenta & quarto, onde ſe trata dos fogos de cada hũa das freguezias de Lixboa, **ſe ha de aduertir**, que …	441 A folhas setenta [sic] e quatro, onde se trata dos fogos de cada uma das Freguesias de Lisboa, **advirto** que não

Expresssões construídas com verbo de ligação ser (01 de cada):

Na letra A **ſe han de acrecentar** ſeis armadoes que armão as Igrejas nos dis de feſta	442 Na letra A, **é necessário** acrescentar seis Armadores, que armam as igrejas nos dias de festa
A folhas cento, onde ſe trata dos Alpenderes, ou cabanas em que ſe vende a caſſa **ſe ha d'aduertir**, que	444 A folhas cem, onde se trata dos alpendres ou cabanas em que se vende a caça, **é de advertir** que …

Como vemos em Maria Helena Bastos, as pessoas nascidas na segunda metade do século XX em Portugal, além dos tradicionais imperativo e modal dever, contam com um leque de outras opções para indicar a modalidade injuntiva, incluindo um uso maior de HqueV e, ao que parece, uma nova expressão composta com o verbo ser – **é de V** --, *é de advertir que* …

Também há mais de duas décadas, foi defendida na Universidade do Porto, uma dissertação de mestrado em linguística descritiva do português, sobre partículas discursivas e modais (Fernandes, 1996). Nela, para registrar essas partículas, o autor utilizou uma gravação telefônica entre dois amigos, jornalistas profissionais, entre 28 e 35 anos de idade, a um dos quais ele havia pedido para gravar um dia de suas conversas telefônicas, sem contar para os interlocutores que estavam sendo gravados. O autor da

dissertação, de posse da gravação, escolheu um trecho não muito longo, para descrever e analisar as partículas discursivas e modais que ali aparecessem. E, graças a essa entrevista transcrita, pude constatar que, na conversa entre os dois jornalistas, não apareceu um único caso de TdeV: todas as ocorrências, de ambos os jornalistas, são de TQV (só copiei essas, embora tenha havido uma ou outra com dever + Inf)! Transcrevo[38] aqui algumas delas (28-31):

(28) L1 > L3: Ah! e eu é que *tenho que* ligar prá lá? (Fernandes, 1996, p. 114).

(29) L3 > L1: ... há duas coisas que a gente *tem que* resolver ... que é ... a questão das tarefas ... [L1: Claro] que ... *tem que* se ver quem tomar tarefas *tem que* as cumprir, n'é? (Fernandes, 1996, p. 116).

(30) L3 > L1: Mas! ... Mas eu não posso! *Tenho que* pedir ... *Tenho que* ir à assembleia da república a aprovar isso. (Fernandes, 1996, p. 118)

(31) L1 > L3: O pá, eu *tenho que* ir por partes e ... O pá, eu estou sozinho nesta casa, carai! (Fernandes, 1996, p. 119)

Voltemos à norma escrita do PE. Numa busca nos catálogos da Biblioteca Nacional de Lisboa com a palavra-chave *ter de*, surgiram **816** referências, entre as quais alguns títulos de obras recentes: 367[39]. *Vais ter de beijar muitos sapos até encontrares o teu príncipe*; 420. *Agora só me faltava ter de usar aparelho nos dentes!*; 465. *Tecer para não ter de remendar*; 695. *Se disser que te amo, vou ter de te matar*, entre outros.

Mas havia uma entrada exemplar, a de número 572: o título que aparecia na lista era *As seis coisas que você tem **de** fazer para ter uma saúde fenomenal.* Como se tratava de uma obra editada em 2015, havia uma foto colorida da capa do livro, numa coluna depois do título (há pouco tempo, a Biblioteca Nacional começou a incluir essas fotos) em letras garrafais, caixa alta: AS 6 COISAS/ QUE VOCÊ TEM **QUE** FAZER/ PARA TER UMA / SAÚDE FENOMENAL (negrito acrescentado) ...

Que razões teriam levado quem digitou a ficha catalográfica a alterar o título do livro, no catálogo da BNL?

(i) *Censura*? Não importa o que o escritor usou; a língua *standard* pede *ter de V*!
(ii) *Salvar a própria face*? **Eu sei** como se escreve ...
(iii) *Automatismo*? A estrutura estava tão arraigada na gramática do escrevente que ele nem percebeu que copiou errado! Exatamente como faziam, muitas

38 Reproduzo fielmente, como em todas as citações e abonações, a grafia dos originais.
39 O número corresponde ao da ordem de aparição da obra nessa lista de títulos. Ressalto que esse é o resultado da busca feita em 2017; replicada a qualquer outro momento, os resultados seriam, forçosamente, diversos.

> vezes, os copistas ao reproduzirem textos da Idade Média, colocando, por exemplo, 1589 (ano em que fazia a cópia) ao invés de 1389 ou 1489 (data do texto), por pura memória mecânica do ato de escrever...

Resta muita coisa a explorar, tanto no PB como no PE, em relação à história da implementação das duas variantes em cada uma das variedades. E, inclusive, a observação da variação/mudança no PE poderia lançar luzes sobre o processo acontecido no Brasil: indo do presente para o passado (princípio uniformitarista, conforme Labov, 1975) talvez fosse possível reconstituir os passos da penetração da variante inovadora (TerQV) na língua.

Por ora, cabe confirmar o fato de que, na amostra estudada, ocorre uma polarização: há mais emprego da variante TQV no PB do que no PE; nesta, a variante majoritária é TdeV, o que caracteriza, por ora, e nessa amostra, duas normas. Cumpre, ressaltar, ainda, que os resultados apresentados (ainda que em percentuais de coocorrência) neste trabalho refletem a amostra somente em termos de frequência de cada uma das variantes: como não foi aplicado nenhum programa estatístico para checar probabilidades ou apontar tendências, não se pode inferir ou deduzir nada além do que flagra a fotografia.

Enfim, para atar as duas pontas – norma escrita e norma oral – apresento resultado parcial de amostra de língua oral, do Projeto Varsul (Variação Linguística na Região Sul), coletada no início dos anos noventa, nos três estados mais ao sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). São 24 entrevistas realizadas nas capitais (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, respectivamente) e em mais três cidades do interior de cada estado, representativas de diferentes etnias que ocuparam o território: Irati (eslavos), Londrina (paulistas e mineiros) e Pato Branco (gaúchos e catarinenses) no estado do Paraná; Lages (vicentinos e gaúchos), Blumenau (alemães) e Chapecó (gaúchos) em Santa Catarina; Panambi (alemães), Flores da Cunha (italianos) e São Borja (fronteira com Argentina), no Rio Grande do Sul.

Trata-se das vinte e quatro entrevistas de Curitiba. Como o levantamento não tem objetivo de análise estatística, os números são absolutos, somente para ressaltar o maior uso de TQV encontrado tanto em homens (**M**) como em mulheres (**F**), das duas faixas etárias (**A**: 25-45 anos e **B**: mais de 50 anos) e das três escolaridades pesquisadas (04 anos, 08 anos e 11 anos, correspondentes aos antigos **pri**mário, **gin**ásio – depois Primeiro Grau – e secundário ou científico, depois **Seg**undo Grau – atualmente Ensinos Fundamental I e II e Médio, respectivamente). Há dois informantes por célula, isto é, dois homens e duas mulheres para cada um dos fatores sociais.

Eis a distribuição:

Tabela 05: Expressão da modalidade injuntiva nos dados do Varsul – Curitiba.

	TQV	TdeV	Precisar	Dever		TQV	TdeV	Precisar	Dever
MApri	60	--	04	02 - 05	**FApri**	49	--	07 - 01	01 - 01
MAgin	36	01	04	02	**FAgin**	62	--	03	04
MAseg	41	--	01	05	**FAseg**	40	--	06 - 03	-- - 04
	137	**01**	**06**	**09 - 05**		**151**	**--**	**16 - 04**	**05 - 05**
MBpri	39	--	05 - 01	01	**FBpri**	08	--	04 - 01	--
MBgin	30	--	03 - 01	07	**FBgin**	38	01	06	01
MBseg	32	--	04	02 - 07	**FBseg.**	48	--	07	11
	101	**--**	**12 - 02**	**10 - 07**		**94**	**01**	**17 - 01**	**11**
	238	**01**	**20**	**31**		**245**	**01**	**38**	**21**

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados levantados nas entrevistas.

Como as entrevistas da amostra-base do Varsul foram gravadas no início dos anos noventa, a faixa etária mais velha (**B**) representa aquisição da língua em período igual ou anterior aos anos 1940; a faixa etária mais jovem (**A**) compreende pessoas nascidas a partir dos anos cinquenta. Entretanto, independentemente da faixa etária, vemos que nos 595 dados obtidos o uso da variante TQV é absolutamente majoritário e regular na língua oral de Curitiba, com 238 ocorrências entre os homens (137 na faixa etária A e 101 na faixa B); entre as mulheres, 245 ocorrências (151 na faixa etária A e 94 na faixa B). Parece, no entanto, haver um ligeiro aumento de ocorrências na faixa etária mais jovem, em relação à mais velha, mais acentuado entre as mulheres. Houve somente dois dados de TdeV: um em informante masculino da primeira faixa etária, com oito anos de escolaridade; outro, em mulher da segunda faixa etária, com também oito anos de escolaridade. O emprego dos verbos *precisar* e *dever* (ou precisar de, ou dever de, que aparecem na tabela na mesma coluna, separados por hífen) aparecem longe, com 20 dados no masculino e 38 no feminino, para o primeiro e por com 31 dados no masculino e 38 no feminino, para o segundo. Além dessas, apareceram umas poucas ocorrências de outras variantes: *ser obrigado a V*, com 04 dados; 07 dados de *ser preciso*; 04 dados *de haver necessidade de V* e uma ocorrência de *necessitar de V*.

Assim, os dados apresentados pela língua oral de Curitiba corroboram os resultados da língua escrita na tradução brasileira de Inferno, de Dan Brown, no que diz respeito ao pouco uso de TdeV no PB. E, embora nessa tradução o emprego de precisar (64) seja um pouco superior ao de TQV (51), conforme a Tabela 03 (dados tomados isoladamente), o de dever ou outros recursos para expressar a modalidade injuntiva também seja muito baixo, podemos dizer que são similares, se comparados com os dados de língua oral de Curitiba.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luís de. **Diário da viagem de D. Alvaro de Castro ao Hadramaute, em 1548**. Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

ALMEIDA, João de. **Introdução ao estudo das perífrases de infinitivo**. Assis, SP: ILHPA/HUCITEC, 1980.

Autos = Autos e Comédias: Autos e comédias portuguesas por António Prestes, Luís de Camões e outros autores portugueses*.* 2. ed, fac-similada da de 1587. Pref. Hernâni Cidade. Nota bibliogr. José V. Pina Martins. Lisboa: Lysia, 1973.

BARROS, João de. **Ropica Pnefma**. Lixboa: Germam Galharde Imprensor, 1532.

BROWN, Dan. **Inferno**. [trad. Fabiano Morais e Fernanda Abreu]. São Paulo: Arqueiro, 2013.
BROWN, Dan. **Inferno**. [trad. Fernanda Oliveira; Ana Lourenço e Tânia Ganho]. Reimpressão. Lisboa: Bertrand, 2013.

CHAGAS, Frei Diogo das (1584-1661). **Espelho cristalino em jardim de várias flores**. Dir. e pref. de Artur Teodoro de Matos. Açores: Secret. Reg. Educ. / Univ. Açores / Centro Est. Dr. Gaspar Frutuoso, 1989 [*ca*.1654-1656[40]]. (**Espelho**)

COELHO, Sueli Maria. **Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens ter, haver, ser, estar e ir na língua portuguesa***.* Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

COUTINHO, B. Xavier. **História documental da Ordem da Trindade**. 2 vols. Porto: Celestial Ordem da SS. Trindade, 1972.

COUTO, Diogo do (1542-1616). **Da Ásia. Década quinta**. Lisboa: Livr. Sam Carlos, 1974 [Facsimil ed. de 1779].

Chronica dos Reis de Portugal*.* Reformadas pelo Licenciado Duarte Nunes do Lião (1530-1608). 4. ed. Introd. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Edits. 1975 [1600, 1677, 1774].

CUNHA, Celso; LINDLEY CINTRA, Luiz F. **Nova gramática do português contemporâneo**. 9. ed. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1992.

DIETRICH, Wolf. As perífrases verbais de "modalidade" em português. In: HERCULANO DE CARVALHO, José G. & SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen.(orgs.) **Estudos de linguística portuguesa**. Coimbra: Coimbra Editora. P. 59-91, 1984.

40 As datas entre colchetes servem para indicar a data da composição ou da primeira edição, quando foi possível localizar.

DIEWALD, Gabriele & SMIRNOVA, Elena. Paradigmatic integration: the fourth stage in an expanded grammaticalization scenario. In: DAVIDSE, Kristin *et alii*. (eds). **Grammaticalization and language change. New reflections**. Amsterdam/Philadelphia. p. 111-133, 2012.

2Dio = Segundo Cêrco de Dio: *História quinhentista (inédita) do Segundo Cêrco de Dio. Ilustrada com a correspondência original, também inédita, de D. João de Castro, D. João de Mascarenhas, e outros*. Publicada e largamente prefaciada por Antonio Baião. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1925.

FERNANDES, Manuel. G. de S. **Partículas discursivas e modais: do latim ao português**. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.

Foral = *Foral manuelino de Lisboa.* Estudos, ed. fac-similada, transcrições. Edição comemorativa dos 500 anos da concessão de Foral por D. Manuel. Lisboa: Câmara Municipal/AML, 2000.

FERREIRA-STROGENSKI, Maria José. (2017). **Um estudo sobre a variação do ter de e ter que em locuções verbais, indicando obrigatoriedade**. Comunicação apresentada na V Jornada do Varsul. Curitiba, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 06-08.04.2017. 24 p.

HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth C. **Grammaticalization**. Cambridge: CUP, 1993.

LABOV, W. On the use of the present to explain the past. In: HEILMANN, L. (ed.). **Proceedings of the Eleventh International Congress of Linguists**. (Bologna-Florence. Aug. 28 - Sept. 2, 1972). Vol. II. Bologna: Società editrice il Mulino Bologna. p. 825-851, 1975.

Livro dos conselhos de el-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). [*ca*. 1433-1438]. Ed. Diplomática. Transcrição de João J. A. Dias; introd. A. H. Oliveira Marques e João J. A. Dias. Rev. de A.H. Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues. Lisboa: Estampa, 1982.

LOPES, Fernão. Crónica de D. João I. (*apud* TAVARES, J.P. **Antologia de textos medievais**. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa. 1961. p.291).

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. **História e estrutura da língua portuguesa**. 3. ed., Rio de Janeiro: Acadêmica, 1979.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Réimpression de l'édition de Paris, 1975. Genève: Slatkine / Paris: Champion.. p. 130-148, 1982 [1912].

MENON, Odete P. S. Seu/de vocês: variação e mudança no sistema dos possessivos. In: HORA, Dermeval da. (org.). **Diversidade lingüística no Brasil.** João Pessoa: Idéia, p. 67-79, 1997.

MENON, Odete P. S. Perífrases com o verbo *ir*: variação e gramaticalização. In: PUSCH, Claus D. & WESCH, Andreas. (HG.) **Verbalperiphrasen in den (ibero-)ro-manischen Sprachen**. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 2003, p. 77-88.

MENON, Odete P. S. *Le rôle de la syntaxe: grammaticalisation de la périphrase de futur*. Communication présentée dans les Journées d' Études **L' expression du futur dans les langues naturelles**. Université de Roma Tor Vergata. 2011. (texto inédito, entregue para publicação dos Anais, a cargo de M. Beggioni)

MENON, Odete P. S. **Gramaticalização e sintaxe:** o futuro em português. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Mesa-redonda, II Congresso Internacional de Linguística Histórica – CASTILLIUM (homenagem a Ataliba Castilho). Texto inédito. São Paulo, USP. 2012.

MENON, Odete P. S. Diferenças entre o PB e o PE, a partir das traduções de Inferno, de Dan Brown. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional da AILP (Associação Internacional de Linguística do Português). Macau: Universidade de Macau, 2014.

MENON, Odete P. S. Vou ir: duas vezes o mesmo verbo? Ledo engano!! In: VENTURINI, Maria Cleci; LOREGIAN-PENKAL, Loremi; WITZEL, Denise Gabriel. (Orgs.). **Linguística na contemporaneidade. Interfaces, memórias e desafios**. Campinas, SP: Pontes. 2019. p. 229-251.

MEYER-HERMANN, Reinhard. **"Zu den 'Verbalperiphrasen' im heutigen Portugiesische", Aufsätze zur portugiesichen Kulturgeschichte** (Portugiesich Forschungen der Görresgesellschaft, 1. Reihe) 15 (1978), 204-226[41], 1978.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa** (Fonética e Morfologia). 5. ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1956 [cf. colofão, p. 455, p. 471/472 pdf.]. 1.ed. > 1916, pois menciona a morte de Epiphanio Dias; 2. ed. 1930; 3. ed. 1945]

OLIVEIRA, Fernando (Fernão de). **Arte da guerra do mar Estratégia e guerra naval no tempo dos descobrimentos.** Est. introd. de António Silva Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 2008 [1555].

OLIVEIRA, Frei Nicolau de. (1566-1634). **Livro das grandezas de Lisboa.** Prefácio de Francisco Santana. (Contém fac-simile da ed. original de 1620 e texto atualizado por Maria Helena Bastos). Lisboa: Veja, 1991 [1620, 1804].

41 A referência é reproduzida conforme está em Dietrich (1984): não tive acesso direto a esse texto.

PPO = Padroado Português do Oriente: SÁ, Artur Basílio de. **Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia**, Vol. 6: 1595-1599. Lisboa: IICT/CEHCA, 1988.

RB = Regra de S. Bento, Códice Alcobacence 44. Nunes, J. J. "Textos antigos portugueses". *Revista Lusitana, 21*: 89-145, 1918.

RIBEIRO, António S. Introdução. In: Oliveira, Fernando. **Arte da guerra do mar.** Lisboa: Edições 70, 2008 [1555].

SAID ALI, Manuel. **Dificuldades da língua portuguesa.** 6. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1966 [1908].

SCHURHAMMER, Georg. S.J. **Cartas de Martim Afonso de Sousa (1534-1539)**. (Separata da *Revista Portuguesa de História*, Vol. *IX*). Coimbra. 1961. 35 p. (**CMAS**)

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change, IN: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds.). **Directions for Historical Linguistics.** Austin: Uni versity of Texas Press. p. 97-195, 1968.

WILLIAMS, E. B. Omission of object pronoun in Portuguese. **Language**, *14,3*[42]*,* 205, 1938.

ANEXO

Quadro comparativo da expressão da modalidade injuntiva entre a versão original do *Livro das Grandezas de Lisboa*, de Frei Nicolau de Oliveira (1566-1634) e a versão atualizada da obra, de 1991, por Maria Helena Bastos:

Original (1620)	**Versão atualizada (1991)**
Aduertencias pera o Leytor Algũas erratas vão neſta impreſſaõ as quaes achara o Leytor aqui enmendadas com algũas aduertẽcias que me pareceo deuia fazer pera mayor declaração do que vou tratando em algũs capitulos. (sem paginação)	ADVERTÊNCIAS AO LEITOR O leitor encontrará neste livro alguns erros, que aqui passo a emendar, com algumas advertências que me pareceu devia fazer para melhor esclarecimento do que vou tratando em alguns capítulos. p. 439
na ſegunda folha, **onde diz que** ſaõ trinta & quatro legoas deCaſcaes tee o Mondego, **ha de dizer** trinta**,** & noue	439 na segunda folha, onde se diz que são trinta e quatro léguas de Cascais até ao Mondego, **há que dizer** trinta e nove
Na folha quinta, onde diz q̃ entrou ſua Mageſtade neſta Cidade a vinte & noue de Iulho, **ha de dizer**, de Iunho.	439 Na folha quinta, onde se diz que entrou Sua Majestade nesta cidade a vinte e nove de Julho, **diga-se** de Junho.

42 Disponível em: https://www.jstor.org/stable/409446, acesso em 06.09.2018.

Na folha vndecima verſo, onde ſe trata do Azeyte que entra neſta Cidade pera ſe vender, **ſe ha de aduertir** que não ...	439 Na folha décima primeira, verso, onde se trata do azeite que entra nesta cidade para se vender, **advirto que** não entram
Na folha duodecima, onde ſe trata da muyta ſardinha ... **ſe ha de notar** que vem ...	440 Na folha décima primeira [sic], onde se trata da muita sardinha ... **note-se** que vêm a esta cidade
A folhas trinta & tres lin. 26. diz Teutices trigeſsimo nono Rey dos Aſſyrios, & **ha de dizer** ...	440 A folhas trinta e três, linha 26, onde diz Teutices trigésimo nono Rei dos Assírios, **diga-se** Teutices
A folhas .37. verſo, onde diz, não legitima, **ſe ha de tirar** o (não) & **eſcreuer** legitima...	440 Na folha 37, verso, onde se diz – não legítima **– retira-se** o (não) e **escreve-se** legítima
Na meſma folha 37. verſo na linha. 23. onde diz, o que elle fes, **ha de dizer**, o que ſeu filho ...	440 Na mesma folha 37, verso, na linha 23, onde diz – o que ele fez --, **diga-se**: o que seu filho
A folhas quarenta, onde diz trezentos trinta & tres, **ha de dizer**, duzentos trinta & tres.	441 A folhas quarenta, onde diz trezentos e trinta e três, **diga-se** duzentos e trinta e três.
A folhas quarenta & hũa, onde diz q̃ viueo elRey Dom Sancho quarenta & oito annos, **ha de dizer** trinta, & noue	441 Na folha quarenta e uma, onde se diz que El-Rei Dom Sancho viveu quarenta e oito anos, **diga-se** trinta e nove
A folhas quarẽta & tres verſo onde diz que morreo elRey Dom Afonſo ... **ha de dizer** mil trezentos ſincoenta & ſete	441 Na folha quarenta e três, verso, onde se diz que El-Rei Dom Afonso morreu no ano de 1457, **diga-se** 1357.
A folhas quarenta & quatro onde dis que viueo elRey Dom Pedro ſeſenta & ſete annos, **ha de dizer** quarenta & ſete.	441 Na folha quarenta e quatro, onde se diz que El-Rei Dom Pedro viveu setenta e sete anos, **diga-se** quarenta e sete.
A folhas ſeſenta & quarto, onde ſe trata dos fogos de cada hũa das freguezias de Lixboa, **ſe ha de aduertir**, que ...	441 A folhas setenta [sic] e quatro, onde se trata dos fogos de cada uma das Freguesias de Lisboa, **advirto** que não
A folhas 66. verſo, falando dos Mo ſteyros de Religioſos q̃ ha neſta Cidade, diz q̃ ſaõ em numero vinte, & **ha de dizer**	442 A folhas 66, verso, falando dos mosteiros de Religiosos que há nesta cidade, onde se diz vinte, **leia-se** vinte e quatro.
A folhas 67. verſo, falando do Mo ſteyro de Bemfiqua, diz que tem 40. Religioſos, & **ha de dizer** ſincoenta.	442 A folhas 67, verso, falando do Mosteiro de Benfica diz-se que tem 40 Religiosos; **há que dizer** cinquenta.
Na letra A **ſe han de acrecentar** ſeis armadoes que armão as Igrejas nos dis de feſta	442 Na letra A, **é necessário** acrescentar seis Armadores, que armam as igrejas nos dias de festa
Na letra B. **ſe ham de acrecentar** mais de mil & quinhentas molheres que fazem botões de ſeda	442 Na letra B, **deve acrescentar-se** mais de mil e quinhentas mulheres que fazem botões de seda
Na letra E. **ſe ham de acrecentar**, cento &oitenta emgomadores de manteos.	442 Na letra E **deve acrescentar-se** cento e oitenta Engomadores de mantos.
Na letra M. **ſe ham de acrecentar** mais de duzentas molheres que lanção ajudas medicinaes aos enfermos	443 Na letra M, **deve acrescentar-se** mais de duzentas mulhetes que dão ajudas medicianis aos enfermos
Na letra S. onde ſe fala nos Sirieyros **ſe ha d'aduertir** que entrão neſta Cidade ... mais de oito mil quintaes de Cera	443 Na letra S, onde se fala de Cirieiros, **tem que se fazer notar** que entram nesta cidade .... mais de oito mil ...

Na letra T. **ſe han de acrecẽtar** mais de duas mil molheres que ſe ſoſtentão com tirar ſeda 20	443 Na letra T, **deve acrescentar-se** mais de duas mil mulheres, que tiram a seda, e com isso se sustentam
A folhas 74. falando do que cuſta hũa Nao ... diz que cuſta ſincoenta & hum contos ...& **ha de dizer**, cento vinte...	A folhas 74, falando do que custa uma nau da Índia posta à vela... diz-se que custa ... **deve dizer-se** cento e vinte ...
A folhas 79. ver ſo, falando da fruyta ... diz que vierão ... & **ha de dizer** dezoito mil ſeiſcentas trinta & ſete cargas	443 A folhas 79, verso, falando da fruta ... diz-se que vieram ...; **diga-se** dezoito mil seiscentas e trinta e sete
A folhas 84. onde ſe fala do Moſteyro..., diz que tem trinta Religioſos, **ha de dizer** vinte & ſinco	443 A folhas 84, onde se fala do Mosteiro ... diz que tem trinta Religiosos; **deve dizer-se** vinte e cinco.
Na meſma folha ſe diz, que eſtá elRey Dom Dinis na Capella mòr do Moteyro de Vdiuellas, **ha de dizer** fora da Capella mòr que he no cruzeyro na parte da Epiſtola	444 Na mesma folha, diz-se que está El-Rei D. Dinis na capela-mor do Mosteiro de Odivelas; **há que dizer** fora da capela-mor, que está no cruzeiro na parte da Epístola.
A folhas cento, onde ſe trata dos Alpenderes, ou cabanas em que ſe vende a caſſa **ſe ha d'aduertir**, que	444 A folhas cem, onde se trata dos alpendres ou cabanas em que se vende a caça, **é de advertir** que ...
A folhas cento & hũa verſo onde diz ſetecentos, **ha de dizer**, oitocentos.	445 A folhas cento e uma, verso, onde se diz setecentos **leia-se** oitocentos.
A folhas cento & onze na penultima regra diz, trinta & ſinco, & **ha de dizer** trinta & duas.	445 A folhas cento e onze, na penúltima regra diz trinta e cinco; **leia-se** trinta e duas.
A folhas 149. falando da caza dos ſeguros, diz que pagão a trinta por cento, & **ha de dizer** o em que ſe concertão as partes.	445 A folhas 149, falando na casa dos seguros, diz que pagam a trinta por cento; **há que dizer** como se concertam as partes.
A folhas 167. diz que eſta ſerraLeoa em quinze graos, & **ha de dizer** noue.	445 A folhas 167, diz-se que a Serra Leoa está a quinze graus, e **há que dizer** nove.
onde diz 04 onde diz Q 05 onde fe fala 01 onde fe trata 04 diz 02 diz Q 07 fe diz Q 01 só a instrução: fe ham de acrecentar 05	

Fonte: A autora, a partir dos dados da obra.